

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

TERESINA (PI), DEZEMBRO DE 2022

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Governadora do Estado

Maria Regina Sousa

Reitor

Evandro Alberto de Sousa

Vice-Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu

Pró-Reitor de Ensino e Graduação – PREG

Paulo Henrique da Costa Pinheiro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação – PROP

Raurys Alencar

Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX

Ivoneide Pereira de Alencar

Pró-Reitor de Administração e Finanças – PRAD

Fábria de Kássia Mendes Viana Buenos Aires

Pró-Reitor de Planejamento e Finanças – PROPLAN

Lucídio Beserra Primo

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL / CAMPUS POETA
TORQUATO NETO**

Diretor(a)

Omar Mario Albornoz

Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Alvino Rodrigues de Carvalho

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Alvino Rodrigues de Carvalho

Ana Maria Bezerra do Nascimento

Bruno Mello Souza

José da Cruz Bispo de Miranda

Luciano de Melo Souza

Roberto Alvares Rocha

COLABORAÇÃO

Professores Efetivos do Curso

Marcelo Reges Pereira

Professores Efetivos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais em Parnaíba

Alexandre Alves de Oliveira

Clódson Santos Silva

Jonas Henrique de Oliveira

Karina Maria Abreu Cursino

Lourdes Karoline Almeida Silva

Radamés de Mesquita Rogério

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO	9
1 APRESENTAÇÃO	9
2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI.....	11
3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	13
CAPÍTULO II - DO CURSO	16
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO.....	17
2.1 Contexto educacional.....	17
3 OBJETIVOS DO CURSO	21
3.1 Geral:	21
3.2 Específicos.....	21
4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	23
4.1 Competências e Habilidades	23
4.2 Campo de atuação profissional:	24
5 ESTRUTURA CURRICULAR.....	25
6 CONTEÚDOS CURRICULARES	26
6.1 REQUISITOS LEGAIS.....	26
6.2 Matriz curricular.....	29
6.2.1 FLUXOGRAMA	33
6.3 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	35
7 METODOLOGIA.....	91
7.1 Estágio Curricular Supervisionado.....	91
7.2 Atividades complementares	92
7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	93
7.5 Atividades de Curricularização da Extensão.....	95
7.5 Prática como Componente Curricular	96
8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	99
8.1 Política de Ensino no âmbito do curso	99
8.2 Política de Extensão no âmbito do curso.....	101
8.3 Política de Pesquisa e Iniciação Científica	101
9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE.....	106
9.1 Programa de Acompanhamento Discente	106
9.2 Monitoria de ensino	107

9.3 Programa de Nivelamento.....	108
9.4 Regime de Atendimento Domiciliar.....	109
9.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS).....	110
9.6 Ouvidoria.....	110
9.7 Auxílio Moradia e Alimentação.....	110
10.1 Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho.....	112
10.2 Política de Apoio ao Docente.....	113
10.2.1 Plano de Carreira Docente.....	113
10.2.2 Plano de capacitação docente.....	114
10.2.3 Política de acompanhamento do docente.....	114
11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO.....	116
11.1 Coordenadoria de Curso.....	116
11.2 Colegiado do Curso.....	116
11.3 Núcleo Docente Estruturante.....	118
12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO.....	119
12.1 Infraestrutura física e de recursos materiais.....	119
13 PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	120
14 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL.....	122
15 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	123
16 AVALIAÇÃO.....	124
16.1 Avaliação de aprendizagem.....	125
16.2 Avaliação institucional.....	127
16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	128
16.4 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso.....	128
16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs.....	129
16.5.1 Adesão à oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância – EAD em cursos de graduação presenciais.....	130
ANEXOS.....	132

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí elaborado pelos Núcleos Docentes Estruturantes do campus Poeta Torquato Neto em Teresina e do campus Professor Alexandre Alves de Oliveira em Parnaíba. Este PPC tem base nos referenciais teórico-metodológicos contemporâneos da formação docente e define as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de formação de professores da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. O curso destina-se à formação de profissionais que atuarão no Ensino Básico e Fundamental nas disciplinas associadas a Sociologia no Ensino Fundamental na rede privada, assim como na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e/ou rede pública de educação básica.

Este Projeto Político Pedagógico de curso foi formulado no ano de 2021 com a intenção de regular as atividades de ensino e extensão no curso de Licenciatura em Ciências Sociais a partir de 2022. Dele participaram os docentes dos cursos que, a partir de uma pluralidade de experiências, se reuniram durante meses para formular o presente projeto que expressa a formação sólida necessária ao licenciado de Ciências Sociais, mas também incorpora o olhar dos estudantes, dos membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE, dos membros do Colegiado de Curso, assim como a comunidade acadêmica em geral. Assim, o presente PPC expressa de um modo geral a identidade dos Cursos de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí.

A elaboração deste PPC esteve em sintonia com as diretrizes da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, que demandou alterações nos cursos de formação superior para docentes nos Ensinos Fundamental e Médio; assim como pelo debate interno no âmbito da UESPI realizado ao longo do ano de 2020, visando a curricularização da extensão, em conformidade com a Resolução nº 7/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES-CNE). Deste modo, elaboramos um projeto que se adeque a realidade do Ensino Médio no Brasil, assim como a formação de profissionais que vão atuar em atividades para além do ensino. Nesse sentido, o presente Projeto Político Pedagógico se apresenta a partir de uma prática educativa transformadora e adequada à realidade da sociedade brasileira na atualidade.

Este documento explicita a formação profissional docente oferecida pela UESPI que é concebida como uma atividade humana, técnica, política e ética voltada para a formação da cidadania e para aquisição de saberes relevantes para a atuação profissional, por meio de um currículo sintonizado – no que concerne à formação pedagógica de professores – com as exigências filosóficas, epistemológicas, didático-pedagógicas e as necessidades do contexto social.

Desse modo, este Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais é o resultado de intensas reflexões, proposições e discussões sobre a formação de professoras(es)- pesquisadoras(es) de Ciências Sociais na UESPI, estando em consonância com as referidas legislações educacionais, mas também de forma articulada às peculiaridades regionais. O objetivo coletivo aqui estabelecido é tanto a qualidade do curso quanto a sua reverberação no cotidiano de cada profissional egresso(a).

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí, pessoa jurídica de direito público com CNPJ Nº 07.471.758/0001-57. Fundada através da Lei 3.967 de 16/11/84 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo Decreto Nº 9.844 de 08/01/1998. Através do Decreto-Lei Nº 042 de 9 de setembro de 1991, a UESPI foi instituída como uma Instituição Superior Multicampi, criando, portanto, unidades em Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba. Posteriormente foram criados novos *Campi*, distribuindo a UESPI nos 11 Territórios de Desenvolvimento do Piauí (SEPLAN, 2007). Possui *Campus* sede localizado na Rua João Cabral, 2231, Bairro Pirajá, zona Norte de Teresina – PI, CEP 64002-150.

A IES apresenta uma forte identidade regional, atendendo a uma demanda de formação de profissionais de nível superior com reconhecida competência. A UESPI assume o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural do estado do Piauí, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente encontra em funcionamento 109 (cento e nove) cursos de Graduação presencial e 07 (sete) na modalidade a distância. Sua Pós-Graduação está estruturada em 6 (seis) cursos *Lato sensu*, 7 (sete) cursos *Stricto sensu*, 02 (dois) cursos de Residências multiprofissional e 12 (doze) de Residências médicas.

Para viabilizar seu projeto Institucional, a UESPI pauta-se nos princípios básicos que se constituem nos referenciais para o desenvolvimento de um projeto baseado no fortalecimento das relações de respeito às diferenças e no compromisso Institucional de democratização do saber, elementos fundamentais para a construção da cidadania.

A UESPI está integrada à comunidade piauiense para detectar a necessidade de ampliação da oferta de cursos, através da realização de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, que ofereçam oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, artístico, cultural, científico e tecnológico para a região. Nessa

perspectiva, a IES estabelece parcerias com outras Instituições, fortalecendo o compromisso de apoio ao desenvolvimento e socialização do saber.

Para tornar sua missão factível, a UESPI investe na formação e contratação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com as demandas sociais regionais. Esses profissionais são capazes de se inserirem na comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população piauiense.

Na definição de seus princípios e objetivos, a UESPI levou em consideração o cenário onde se insere, observando as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento local, bem como as demandas educacionais resultantes desse momento. Para atender às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo modelo econômico vigente, a IES definiu como seus objetivos:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimentos, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e

- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa tecnológica geradas na instituição.

2 CONTEXTO DE INSERÇÃO DA UESPI

A UESPI está sediada no Estado do Piauí e distribuída em 12 (doze) *Campi*, 1 (um) Núcleo, 26 (vinte e seis) Polos de Educação a Distância – UAB, 120 (cento e vinte) Polos de Educação a Distância – UAPI e 26 Polos de oferta de cursos na modalidade PARFOR. O estado do Piauí está localizado na região Nordeste do Brasil e possui uma população estimada de 3.281.480 habitantes (IBGE, 2020). Limitado pelas margens do rio Parnaíba e pela Serra da Ibiapaba, exerce uma forte influência sobre os municípios dos vizinhos estados do Maranhão e Ceará. A população sobre a área de influência do Piauí oscila em torno de 4.650.000 habitantes, considerando os municípios do Maranhão e Ceará que se localizam a até 100 km das fronteiras do Piauí (IBGE, 2014).

Os dados da educação no Estado são bastante preocupantes. Segundo estimativas do IBGE, em 2015 um total de 132.757 piauienses possuíam curso superior completo, representando apenas 4,14% do contingente populacional do Estado. Mais grave ainda é que, do total estimado da população, apenas 0,18% dos que possuem curso superior completo são negros, evidenciando uma enorme desigualdade nas oportunidades de qualificação profissional no Estado (IBGE, 2015). Considerando-se ainda os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 9,12% dos piauienses estão matriculados na educação superior. Dados da pós-graduação revelam, igualmente, indicadores desfavoráveis ao desenvolvimento do Estado, já que apenas 1,63% dos piauienses possuem pós-graduação (IBGE, 2015).

O levantamento do último Censo da Educação Superior consolidado (INEP, 2014) mostrou que o Piauí possui 39 Instituições de Ensino Superior - IES. Dessas, apenas três são públicas – duas Federais e uma Estadual –. Essas IES ofertam 21.765 vagas anuais e possuem 113.069 alunos matriculados em 426 cursos de graduação. Desses, um total de 52.929 estão matriculados nas IES públicas, sendo 17.313 na UESPI. Nesse cenário, a UESPI teve em 2014 um total de 4.118 vagas para ingressantes e um total de 2.634 concluintes. Isso significa que a taxa de conclusão na Universidade Estadual está estabilizada em 63% - a maior do Estado do Piauí dentre todas as IES (PDI/UESPI, 2017-2021).

Outro desafio do Piauí, além de ampliar o acesso à educação superior, é combater a evasão escolar nos diferentes níveis. Em 2015, dados do IBGE apontavam para um total de 571.444 piauienses que frequentavam o Ensino Fundamental. Desse total, apenas 162.170 passavam a frequentar o Ensino Médio e 95.244 a Educação Superior. A taxa de evasão na Educação Superior é, também, bastante preocupante. Cerca de 37,8% dos piauienses que se matriculam na Educação Superior abandonam seus cursos antes de dois anos (IBGE, 2015). Vários fatores concorrem para isso, dentre eles: necessidade de contribuir para a renda familiar, incompatibilidade dos horários de estudo com o de trabalho, dificuldade de arcar com os custos da educação superior – IES privadas, falta de perspectivas da profissão escolhida na região de oferta.

Com efeito, a recomendação da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2015) – Emenda Constitucional No. 59/2009 – e do Plano Estadual de Educação (PEE, 2015) – Lei Estadual No. 6.733/2015 – é de prover, até o final da década, a oferta de Educação Superior para, pelo menos, 50% da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Essa meta é extremamente desafiadora e faz parte do compromisso do Estado brasileiro em melhorar esse indicador que está longe da realidade de outros países da América Latina (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2011). Esse desafio torna-se ainda maior quando se analisa a realidade dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. No caso do Piauí, a taxa líquida de jovens na Educação Superior é de 9,13% e o cenário se mostra favorável à UESPI que está apta a contribuir com a Estratégia 12.1 da Meta 12 do PNE e do PEE. Tal estratégia prevê a consolidação e ampliação de 40% de novas matrículas na Educação Superior até 2024. A UESPI, como já mencionado, possui uma grande capilaridade no Estado e atinge todos os Territórios de Desenvolvimento do Piauí.

Nesse cenário, a UESPI passa a ser um elemento governamental estratégico para que o Piauí cumpra a Meta 12 do PNE e do PEE, criando oportunidade de estudo e qualificação para uma significativa parcela da população piauiense que possui dificuldade de acesso às vagas no Ensino Superior. Isso está alinhado ao PNE 2015 e ao PEE 2015, que preveem como estratégias de ampliação da oferta de vagas para a Educação Superior a otimização da estrutura e dos recursos humanos instalados, expansão e interiorização da rede pública de Educação Superior e ampliação da formação de professores da Educação Básica.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI tem sua origem vinculada ao Centro de Ensino Superior – CESP, que foi criado em 1984 como entidade mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, criada pela Lei Estadual No. 3.967/1984 e pelo Decreto Estadual 6.096/1984. O CESP era o órgão da FADEP com o objetivo de formar Recursos Humanos de nível superior, impulsionando, apoiando e concretizando as ações acadêmicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em 1986, o CESP realizou o primeiro vestibular, com a oferta de 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras-Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. Do total de vagas ofertadas, apenas os referentes ao curso de Bacharelado em Administração de Empresas eram voltados à população em geral. As demais eram direcionadas a professores da educação básica.

Ao longo dos anos, o Poder Executivo Estadual proporcionou as condições necessárias à instalação e ao regular funcionamento do CESP como UESPI. Em 1993, através do Decreto Federal No 042/1993, foi autorizado o funcionamento da UESPI em estrutura multicampi, com sede em Teresina – Campus do Pirajá. Foram também instalados, nesse período, os Campi de Corrente, Floriano, Parnaíba e Picos.

A partir de então, a UESPI passou por uma fase de ajustamento, com um processo contínuo de interiorização e de ampliação dos cursos ofertados. Em 1º de dezembro de 1995, foi aprovado o novo Estatuto, criando a Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI. Nessa mesma ocasião, passou a funcionar o Campus de São Raimundo Nonato.

Os demais Campi permanentes foram criados nos anos seguintes à aprovação do Estatuto: Bom Jesus (Decreto-Estadual nº 10.252, 17/02/2000), Oeiras (Decreto Estadual nº 10.239, 24/01/2000), Piri-piri (Lei Estadual nº 5.500/2005, 11/10/2005), Campo Maior (Lei Estadual nº 5.358/2003, 11/12/2003), Uruçuí (Resolução CONDIR no 005/2002) e o Campus da Região Sudeste de Teresina (Decreto nº 10.690, de 13/11/2001) – atualmente Campus “Clóvis Moura”.

O Estatuto da UESPI sofreu diversas alterações que visaram adequá-lo à ampliação determinada pela oferta de novos cursos, bem como à nova estrutura de

04 (quatro) Centros de Ciências no Campus “Poeta Torquato Neto”: Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências Biológicas e Agrárias (CCBA) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e de 02 (duas) Faculdades: Ciências Médicas (FACIME), em Teresina, e Odontologia e Enfermagem (FACOE), em Parnaíba.

Em 2004, ocorreu o processo de discussão dos novos estatutos: da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI e da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com a participação de representantes de todos os segmentos universitários. Os Estatutos foram aprovados e oficializados mediante os Decretos Estaduais de 29/07/2005: nº 11.830 – FUESPI e nº 11.831 - UESPI, respectivamente.

O Estatuto aprovado pelo CONSUN, em 29/07/2005, confirmou a criação do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras) e do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas). Este novo Estatuto permitiu a realização, em novembro de 2005, da primeira eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) da Instituição. A segunda eleição para Reitor(a) e Vice-reitor(a) foi realizada em 2009, tornando-se essa prática instituída no cotidiano da UESPI, com eleição também de Diretores(as) de Centro e de Campus e Coordenadores(as) de Curso, desde 2005.

De 2006 a 2009 foram efetivados novos ajustes na estrutura da UESPI, com a criação, no Campus “Poeta Torquato Neto”, do CCN (Centro de Ciências da Natureza), do CCECA (Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes), do CTU (Centro de Ciências Tecnológicas e Urbanismo), do CCA (Centro de Ciências Agrárias) em União. A FACIME recebeu a denominação de CCS (Centro de Ciências da Saúde).

Em 2005, a UESPI concorreu ao Edital do Ministério da Educação (MEC) para participar do Programa de Formação Superior Inicial e Continuada – Universidade Aberta do Brasil e passou a ser instituição cadastrada para ofertar Cursos à Distância, através do núcleo do EAD (Ensino a Distância), instituído em 2010. Em 2010, a UESPI concorreu ao Edital do MEC para participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e foi credenciada junto à CAPES para ofertar cursos de Licenciatura em todo o Estado do Piauí. Ao participar deste programa, a UESPI confirma a sua vocação de formadora de educadores/as nas diversas áreas do conhecimento.

As realizações efetivadas nos últimos anos de existência da UESPI demonstram o compromisso da Instituição em disponibilizar para a sociedade cursos

e serviços de qualidade, buscando a excelência, sempre com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do Estado do Piauí. A discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é uma medida que reflete a preocupação em traçar objetivos para o desenvolvimento desta instituição, no intuito de colaborar para que ela cumpra efetivamente a sua missão.

O Projeto de Lei Complementar, em tramitação no Poder Legislativo Estadual, propõe uma nova organização e gestão administrativa em atendimento às demandas aprovadas, para os territórios de desenvolvimento do Estado, apresentadas pela Lei Complementar N° 87/2007. Esta nova organização é o cerne do PDI apresentado para o quinquênio 2017-2021.

CAPÍTULO II - DO CURSO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Denominação: Licenciatura em Ciências Sociais

1.2 Área: o Docência na Educação Básica

1.3 Situação jurídico-institucional: O Curso de Ciências Sociais foi criado pela Resolução CEPEX: N° 035/2013 (de 25/04/2013). Ato de prorrogação do reconhecimento do Curso Decreto Estadual nº 17.104 de 17/04/2017

1.4 Regime acadêmico

1.4.1 Regime de oferta e matrícula

- Regime regular presencial semestral

1.4.2 Total de vagas

- 40 vagas semestrais

1.4.3 Carga horária total para integralização

- 3380 horas

1.4.4 Tempo para integralização

- MÍNIMO: 08 semestres
- MÁXIMO: 12 semestres

1.4.5 Turnos de oferecimento

- tarde / noite

1.4.6 Quantidade de alunos por turma

- 40 alunos por turma durante a realização das aulas/atividades teóricas;
- 40 alunos por turma durante a realização das aulas/atividades práticas.

1.4.7 Requisitos de Acesso

- Conclusão do Ensino Médio e Aprovação / classificação no SISU, em conformidade com o Regimento Geral e com os editais da IES;
- Ingresso como portador de diploma de nível superior ou através de transferência intercampi e facultativa de outra IES, de acordo com o Regimento Geral da UESPI;

2 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO

2.1 Contexto educacional

A Universidade Estadual do Piauí, como instituição de ensino superior, tem por missão produzir e disseminar conhecimentos, além de formar profissionais para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade da vida das regiões onde se situam seus *campi*. Tem por princípio o compromisso ético com a sociedade, a defesa da democracia e a integração entre ensino, pesquisa e extensão, buscando acompanhar o desenvolvimento do Estado do Piauí, bem como do país como um todo. É sob esse prisma que a UESPI busca organizar seus cursos de licenciatura de acordo com os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), divulgados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC), buscando proporcionar uma melhor formação profissional para os seus alunos, em conformidade com a legislação em vigor, cuja expressão mais alta na esfera da educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

A justificativa para a criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais baseia-se na sanção da LDB nº 9.396/96 e na Resolução CNE/CEB nº 4/2006. A primeira dispõe sobre o ensino da Sociologia no Ensino Médio e a segunda estabelece e regulamenta que tal ensino deve acontecer em uma disciplina específica, e não como conteúdos transversais inseridos em outras disciplinas das Ciências Humanas. Como consequência, criou-se a necessidade de formar professores na área de Ciências Sociais em todo o país, pois a demanda se faz, ainda hoje, consideravelmente maior do que o número de profissionais formados. Ressalte-se ainda a existência da Lei Estadual nº 5.253/2002, também conhecida como Lei Francisca Trindade, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio em toda a rede educacional do Estado do Piauí, tanto da rede pública, quanto da rede privada.

Discussões sobre as áreas de domínio das Ciências Sociais podem ser encontradas desde a Antiguidade Clássica. Mas foi apenas com o advento da Modernidade que as três disciplinas – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – puderam emergir de forma autônoma e delimitar de modo claro qual seria o objeto de estudo e o método de análise de cada uma das chamadas Ciências Sociais. Segundo o próprio texto do PCN, documento que estabelece e regulamenta quais os conteúdos das disciplinas do Ensino Básico e Médio, as Ciências Sociais, juntamente com a

Geografia e a História, são disciplinas que “voltaram-se para o homem, não com a preocupação de formá-lo, mas de compreendê-lo. Assim fazendo, passaram a circundar em torno de um mesmo objeto principal: o humano, explorado em todas as suas vertentes.”¹

A possibilidade de trazer a reflexão crítica para os estudantes do Ensino Médio sobre a realidade que os cerca e de desenvolver a autonomia de pensamento é uma das principais motivações para o estudo das Ciências Sociais. E aquele profissional que se dedica a essa área do saber deve ter não apenas um senso crítico bastante desenvolvido, mas uma especial atenção aos fenômenos manifestos e latentes do mundo que o cerca.

Agrega-se a isso o fato de que, de modo geral, as populações mais empobrecidas são alijadas da possibilidade de aprenderem a ter um olhar mais crítico da realidade em que estão inseridas. A formação de educadores em Ciências Sociais democratiza a reflexão acerca da realidade, possibilita o exercício do pensamento autônomo, incentiva a criticidade, amplia a criatividade diante de situações-problema e contribui para a formação de indivíduos capazes de tornarem-se protagonistas de suas próprias histórias. O curso de Ciências Sociais justifica-se principalmente pelo fato de representar uma oportunidade de se concretizar uma formação humanística a partir de novas ferramentas de aprendizagem. Isso significa aliar a perspectiva reflexiva-crítica com as novas demandas metodológicas que passaram a fazer parte da formação educacional.

Ressalta-se também que há um apelo cada vez mais frequente no que diz respeito à presença de uma fundamentação crítica aliada à formação técnica e científica. Segundo os PCNs, o ensino de Ciências Sociais, componente curricular da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, é responsável pelo desenvolvimento de várias competências e habilidades esperadas dos estudantes de nível básico e médio. Com relação a esta última etapa, o PCN enfatiza que o conteúdo estudado “[...]deve conter os elementos indispensáveis ao exercício da cidadania e não apenas no sentido político de uma cidadania formal, mas também na perspectiva de uma cidadania social, extensiva às relações de trabalho, dentre outras relações sociais”² – o que reforça mais uma vez o importante papel das Ciências Sociais.

¹ PCN, “Ciências Humanas e suas tecnologias”, pág. 6

² Idem, pág. 12.

A legislação prevê, ainda de modo mais abrangente, a formação, sobretudo no Ensino Médio, para o pensamento crítico e autônomo, especialmente em seu Artigo 35, inciso III da LDB nº 9.394: “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. A formação de licenciados em Ciências Sociais democratiza a reflexão acerca da realidade, possibilita o exercício do pensamento autônomo, incentiva a capacidade analítica e amplia a criatividade diante de situações-problema.

Cabe ainda destacar que o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí baseia-se na preocupação de seus docentes com a importância da formação de professores capazes de estabelecer reflexões críticas sobre as mais diversas esferas da vida, como a política, a cultura, as relações sociais, o conhecimento e a educação, procurando, em todos esses aspectos, enfatizar as contribuições das Ciências Sociais. Além disso, será enfatizado o desenvolvimento das competências atribuídas ao ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, dado que a missão do curso é formar professores capazes de despertar o interesse sobre questões que, na maioria das vezes, passam despercebidas pelos estudantes de Ensino Médio. As competências estão divididas nos PCNs em três diferentes eixos – representação e comunicação; investigação e compreensão e contextualização – e em cada uma dessas competências percebe-se com facilidade a importância do ensino das Ciências Sociais. São elas:

- “Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros.”³
- “Compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e aos processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.”⁴

³ Idem, pág. 11.

⁴ Idem, pág. 13.

- “Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos.”⁵
- “Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos.”⁶
- “Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural.”⁷
- “Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão e trabalho de equipe, e associá-los aos problemas que se propõem resolver.”⁸
- “Entender o impacto das tecnologias associadas às Ciências Humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.”⁹
- “Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para planejamento, gestão, organização e fortalecimento do trabalho de equipe.”¹⁰

A possibilidade de formar profissionais com um saber específico na área em que irão atuar altera o cenário atual, no qual professores de outras áreas, despreparados justamente por não possuírem um saber específico que não se adquire da noite para o dia, recebem a tarefa de ministrar a disciplina de Ciências Sociais e/ou Sociologia no Ensino Médio. A UESPI reafirma, assim, mais uma vez seu compromisso com a melhoria da sociedade através da possibilidade da melhoria do sistema educacional.

⁵ Idem, pág. 13.

⁶ Idem, pág. 14.

⁷ Idem, pág. 14.

⁸ Idem, pág. 15.

⁹ Idem, pág. 15.

¹⁰ Idem, pág. 16.

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Geral:

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais adota como fundamento a formação de competências e habilidades que permitirão aos estudantes uma compreensão abrangente, crítica e interdisciplinar dos fenômenos sociais. O curso de Ciências Sociais da UESPI pretende formar futuros educadores capazes de posicionar-se criticamente frente às teorias, categorias e conceitos das Ciências Sociais, demonstrar competência para produzir novos saberes sobre a realidade social a sua volta e orientar atividades socioeducativas capazes de provocar transformações nos espaços sociais em que se encontram. Para atingir esse objetivo geral, desenvolverá uma articulação processual e permanente entre ensino, pesquisa e extensão, que permita ao estudante não somente entender os processos sociais, como desenvolver competências para o seu ensino e também construir estratégias de intervenção socioeducativa.

3.2 Específicos

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI se propõe a:

- a) Empreender uma visão crítica e a capacidade analítica do aluno para estabelecer relações e conexões variadas;
- b) Articular teoria, ensino, pesquisa e prática social;
- c) Incentivar a autonomia intelectual, poder de decisão e criatividade;
- d) Promover a elaboração e o desenvolvimento de projetos de ensino na área, garantindo o diálogo Educação e Ciências Sociais;
- e) Valorizar a diversidade cultural e a complexidade organizacional da sociedade onde os discentes estão inseridos, de modo a garantir-lhes a formação crítica e socialmente comprometida com os interesses da sociedade.

Para cumprir tais objetivos, a proposta curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI procurará:

- Desenvolver a visão crítica e a capacidade analítica do aluno para estabelecer relações e conexões variadas;
- Desenvolver a habilidade de articular teoria, pesquisa e prática social;
- Incentivar a autonomia intelectual, poder de decisão e criatividade;
- Envolver os estudantes nas atividades de estágios, de iniciação científica, de trabalho de conclusão de curso, bem como estimular a participação em eventos científicos, seminários extraclasse, como atividades integradoras da estrutura curricular;
- Conceber a prática pedagógica como eixo transversal de todo o currículo e como o resultado de um projeto aglutinador das diferentes áreas de conhecimento, inserindo o licenciando, desde o início do curso, em trabalhos de extensão e pesquisa;
- Promover a elaboração e o desenvolvimento de projetos de ensino na área, garantindo o diálogo entre a área educacional e os saberes específicos das Ciências Sociais;
- Incentivar a construção de metodologias e materiais pedagógicos que se utilizem de tecnologias de informação e da comunicação;
- Privilegiar a compreensão e a valorização da diversidade cultural dos estudantes e da complexidade organizacional da sociedade na qual estão inseridos, de modo a garantir-lhes uma formação crítica e socialmente compromissada com os interesses das classes populares;
- Atuar no planejamento, mensuração e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e de formação profissional.

4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

4.1 Competências e Habilidades

Em atenção ao Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, o egresso do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI deverá estar habilitado ao exercício da docência nos ensinos fundamental, médio e superior. Contudo, o perfil desejado do profissional formado no curso de Licenciatura em Ciências Sociais só poderá ser entendido ao discutir, primeiramente, o papel do licenciado em Ciências Sociais na sociedade contemporânea. Por excelência, o papel do licenciado em Ciências Sociais é o de pesquisar e analisar os processos políticos, sociais e culturais com a finalidade de produzir conhecimentos acerca destes processos. Em um sentido amplo, o licenciado em Ciências Sociais deve ser formado para produzir conhecimento, cuja natureza deve ser pluralista, crítica e criativa.

Por poder adquirir, ao longo do curso, uma sólida formação teórico-metodológica nos três eixos fundamentais que constituem as Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), o aluno egresso deverá ser capaz de compreender criticamente a sociedade na qual vive e para a qual deve buscar alternativas, bem como ter competência para relacionar, de maneira adequada, a teoria à prática. Ou seja, deverá desenvolver a habilidade de relacionar os estudos teóricos com a reflexão sobre aspectos da realidade social que vivencia e com sua prática docente.

Espera-se que o egresso do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI seja mais do que um profissional treinado e condicionado para atuar em instituições educacionais públicas e particulares, mas um intelectual crítico e proativo, apto a questionar e a intervir sobre as práticas e padrões atualmente hegemônicos da nossa sociedade. O curso objetiva dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- Domínio teórico e metodológico das Ciências Sociais;
- Autonomia intelectual e capacidade analítica crítica e pluralista;
- Competência na articulação entre teoria, ensino, pesquisa e prática social;

- Compromisso social, consciência humanista e cidadã;
- Competência na utilização dos meios tecnológicos como recurso pedagógico e meio de pesquisa, sistematização de saberes e divulgação de conhecimentos;
- Domínio dos conteúdos exigidos para o ensino de sociologia no ensino médio;
- Domínio de métodos e técnicas pedagógicas que permitam a aprendizagem de conteúdos no ensino médio.

4.2 Campo de atuação profissional:

O portador do título de licenciado pleno em Ciências Sociais (ou Sociologia) é de direito o profissional habilitado para lecionar a disciplina de Sociologia, conforme o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. O licenciado em Ciências Sociais está apto para atuar no magistério de instituições públicas e privadas de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e em cursos livres, na emissão de laudos antropológicos, em atividades de planejamento, consultoria, formação e assessoria em empresas públicas – atendendo às demandas das políticas públicas e privadas; cooperar técnica e pedagogicamente quanto à elaboração, gestão, acompanhamento, avaliação dos programas e projetos educacionais em organizações não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares no âmbito do legislativo e do executivo.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI reflete a preocupação da IES com a formação de um egresso com as características definidas em seu PPC. Dessa forma, ela contempla os seguintes aspectos:

- **Flexibilidade**: a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI é bastante flexível. Essa flexibilidade é materializada pelas Atividades Complementares, Estágio Supervisionado, Programa de Estágio Extracurricular, Programas de Nivelamento, Oferta de Disciplinas Optativas, Oferta de Tópicos Avançados, Monitoria e Atividades de Extensão, - todas normatizadas em um Regulamento próprio -, totalmente incorporadas à vida acadêmica.
- **Interdisciplinaridade**: as ações de interdisciplinaridade, no âmbito de curso, ocorrem através dos Programas de Pesquisa, de Extensão e Estágio ofertados no curso, disciplinas integradoras, oportunidades nas quais, os professores supervisores estimulam as discussões em grupos interdisciplinares.
- **Compatibilidade de carga horária**: A carga horária do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI é perfeitamente compatível com os dispositivos legais. Atualmente o curso possui 3.380 horas, integralizadas em 08 (oito) semestres.
- **Articulação da Teoria com a Prática**: A articulação entre a Teoria e a Prática no âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI se dá de forma precoce e constante. As diversas disciplinas contemplam em seus planos de curso, cronogramas de atividades práticas desenvolvidas em sincronia com as aulas teóricas.

6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares essenciais do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI estão perfeitamente alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e cumprem todos os requisitos legais para o curso. Além disso, os conteúdos curriculares do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI possibilitam o desenvolvimento do perfil do egresso, levando-se em consideração a atualização dos conteúdos curriculares proposta pelo NDE, adequação das cargas horárias à bibliografia.

Levando em consideração o perfil profissional desejado para o egresso do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e a abordagem dos ensinamentos científicos e humanísticos, o curso se fundamenta em três eixos principais durante seus oito semestres letivos:

- I – representação e comunicação;
- II – investigação e compreensão;
- III – contextualização.

6.1 REQUISITOS LEGAIS

Em atenção à Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 e a Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia implantou-se no Curso de Ciências Sociais, nos conteúdos das disciplinas de Antropologia e Sociologia, bem como nas atividades complementares curriculares do curso, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e povos indígenas, nos termos explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004)

A materialização da Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Indígenas e Africanas se dá no formato interdisciplinar com oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Mais especificamente nos conteúdos curriculares inseridos nos planos de curso das

disciplinas de Antropologia e Sociologia, na oferta de atividades complementares e em projetos de extensão e nas ACEs abordando a temática.

A Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Indígenas e Africanas têm como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação plenamente democrática. O currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI foi concebido com o objetivo de proporcionar ao aluno o conhecimento necessário para o exercício adequado das funções que envolvem um profissional desta área.

6.1.2 Disciplina de LIBRAS

Em atendimento ao Decreto 5.626/2005 e viabilizando seus princípios de educação inclusiva a UESPI oferta a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - em caráter opcional ou obrigatório - conforme legislação, proporcionando uma maior democratização e integração entre os componentes da comunidade educacional da UESPI.

Em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, na medida do possível, de assegurar a implementação da educação inclusiva, tentamos garantir, em nossas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica. Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses discentes. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

6.1.3 Políticas de Educação Ambiental

Alinhada à Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI integra a Educação Ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Para materializar essa ação, os conteúdos das disciplinas básicas e profissionais contemplam a temática ambiental, bem como é incentivada a participação em atividades complementares relacionadas à temática. Para isso, são realizadas, de forma contínua, as seguintes atividades:

1. Oficinas de atualização dos planos de curso para contemplar os conteúdos relacionados a meio ambiente;
2. Incentivo ao desenvolvimento de atividades complementares relacionados à Educação Ambiental;
3. Criação de Projeto de Extensão voltado à Educação Ambiental.

Nesta perspectiva, está contemplado em um formato interdisciplinar com oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão que fomentam a formação de uma consciência cidadã voltada à Educação Ambiental, bem como a participação em ações coletivas relacionadas à temática, envolvendo a comunidade acadêmica da UESPI.

6.2 Matriz curricular

PRIMEIRO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Iniciação à Antropologia	60 H	0 H	60 H
Iniciação à Sociologia	60 H	0 H	60 H
Iniciação à Ciência Política	60 H	0 H	60 H
Filosofia da Educação	60 H	0 H	60 H
Libras	60 H	0 H	60 H
ACE I	60 H	0 H	60 H
TOTAL DO SEMESTRE			360 H

SEGUNDO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Sociologia da Educação	60 H	0 H	60 H
Fundamentos Antropológicos da Educação	60 H	0 H	60 H
Educação e Movimentos Sociais	60 H	0 H	60 H
Psicologia da Educação	60 H	0 H	60 H
Política Educacional e Organização da Educação Básica	60 H	0 H	60 H
ACE II	60 H	0 H	60 H
TOTAL DO SEMESTRE			360 H

TERCEIRO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Antropologia I	60 H	0 H	60 H
Sociologia I	60 H	0 H	60 H
Ciência Política I	60 H	0 H	60 H
Didática	60 H	0 H	60 H
Cultura e Processos Identitários	60 H	0 H	60 H
ACE III	60 H	0 H	60 H
TOTAL DO SEMESTRE			360 H

QUARTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Antropologia II	60 H	0 H	60 H
Sociologia II	60 H	0 H	60 H
Ciência Política II	60 H	0 H	60 H
Métodos e Técnicas de Pesquisa I	60 H	30 H	90 H
Optativa I	60 H	0 H	60 H
ACE IV	60 H	0 H	60 H
AACC	50 H		50 H
TOTAL DO SEMESTRE			440 H

QUINTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Antropologia III	60 H	30 H	90 H
Sociologia III	60 H	30 H	90 H
Ciência Política III	60 H	30 H	90 H
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	90 H	0 H	90 H
Tópico Avançado I	30 H	30 H	60 H
ACE V	60 H		60 H
TOTAL DO SEMESTRE			480 H

SEXTO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Prática de Pesquisa I	60 H	0 H	60 H
Tópico Avançado II	30 H	30 H	60 H
Antropologia Brasileira	60 H	0 H	60 H
Ensino de sociologia	30 H	30 H	60 H
Estágio I	200 H	0 H	200 H
Cultura Negra e Indígena	60 H	30 H	90 H
ACE VI	60 H	0 H	60 H
TOTAL DO SEMESTRE			590 H

SÉTIMO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Prática de Pesquisa II	50 H	10 H	60 H
Pensamento Social Brasileiro	60 H	0 H	60 H
Política Brasileira	60 H	0 H	60 H
Ensino de Antropologia	30 H	30 H	60 H
Estágio II	200 H	0 H	200 H
Tópico Avançado III	30 H	30 H	60 H
TOTAL DO SEMESTRE			500 H

OITAVO SEMESTRE			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Prática de Pesquisa III	0 H	60 H	60 H
Ensino de Ciência Política	30 H	30 H	60 H
Sociologia Brasileira	60 H	0 H	60 H
Optativa II	60 H	0 H	60 H
AACC	50 H	0 H	50 H
TOTAL DO SEMESTRE			290 H

RESUMO	CARGA-HORÁRIA
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	2040 H
DISCIPLINAS OPTATIVAS E TÓPICOS AVANÇADOS	300 H
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	400 H
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	100 H
ACE	360 H
TCC	180 H
TOTAL	3380 H

6.2.1 FLUXOGRAMA

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Iniciação à Antropologia (60h)	Sociologia da Educação (60h)	Antropologia I (60h)	Antropologia II (60h)	Antropologia III (90h) **	Prática de Pesquisa I (60h)	Prática de Pesquisa II (60h)*	Prática de Pesquisa III (60h)***
Iniciação à Sociologia (60h)	Fundamentos Antropológicos da Educação (60h)	Sociologia I (60h)	Sociologia II (60h)	Sociologia III (90h) **	Tópico Avançado II (60h)**	Pensamento Social Brasileiro (60h)	Ensino de Ciência Política (60h)**
Iniciação à Ciência Política (60h)	Educação e Movimentos Sociais (60h)	Ciência Política I (60h)	Ciência Política II (60h)	Ciência Política III (90h) **	Antropologia Brasileira (60h)	Política Brasileira (60h)	Sociologia Brasileira (60h)
Filosofia da Educação (60h)	Psicologia da Educação (60h)	Didática (60h)	Métodos e Técnicas de Pesquisa (90h)**	Metodologia do Ensino de Ciências Sociais (90h)	Ensino de sociologia (60h)**	Ensino de Antropologia (60h)**	Optativa II (60h)
Libras (60h)	Política Educacional e Organização da Educação Básica (60h)	Cultura e Processos Identitários (60h)	Optativa I (60h)	Tópico Avançado I (60h)**	Estágio I (200h)	Estágio II (200h)	AACC (50h)
ACE I (60h)	ACE II (60h)	ACE III (60h)	ACE IV (60h)	ACE V (60h))	Cultura Negra e Indígena (90h)**	Tópico Avançado III (60h)**	
			AACC (50h)		ACE VI (60h)		
Total: 360h	Total: 360h	Total: 360h	Total: 440h	Total: 480h	Total: 590h	Total: 500h	Total: 290h

Carga horária total: 3380h
◆ LEGENDA:
*10h de Prática Pedagógica como Componente Curricular
** 30h de Prática Pedagógica como Componente Curricular
*** 60h de Prática Pedagógica como Componente Curricular

GRUPO I - 840h

GRUPO II - 1640h

GRUPO III – Estágio - 400h / PCC - 400h

ACE - 360 h

AACC – 100h

CARGA HORÁRIA TOTAL: 3380h

6.3 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Encontram-se relacionadas e descritas, a seguir, as disciplinas integrantes da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI, com as respectivas ementas e bibliografias.

Considerando o desenvolvimento científico e tecnológico, as ementas aqui apresentadas poderão ser atualizadas, pelos professores responsáveis pelas disciplinas, desde que analisadas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e homologadas pelo Colegiado do Curso. As ementas das disciplinas do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI, bibliografia básica e complementar são apresentadas a seguir.

1º SEMESTRE

Disciplina: Iniciação à Antropologia	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Introdução à forma de pensar e fazer antropologia. A construção da antropologia: sujeitos e métodos. O conceito de Cultura. O etnocentrismo nas sociedades. A relação entre a cultura, a natureza e o social. Identidade, personalidade e gênero. O racismo no Brasil.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina os alunos serão capazes de desenvolver reflexões de iniciação antropológica através de temas debatidos a partir do pensamento e da especificidade da disciplina, familiarizando-se com a forma de pensar, a forma da escrita e análise antropológica; desvelando temas que possam contribuir para sua consciência crítica.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica: DA MATTA, Roberto. Relativizando. Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. LARAIA, R. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.</p> <p>Bibliografia complementar: CARDOSO, R.C. O Trabalho do Antropólogo. 2º ed. Editora: UNESP/ Paralelo 15. 2000. MUNANGA, Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. MOURA, Clovis. A sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988. SEGATO, R. L. (1997). Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. Sociedade e Estado, 12(2), 235-262. HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. “Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 7-17. SEGATO, R. L. (1997). Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. Sociedade e Estado, 12(2), 235-262.</p>	

Disciplina: Iniciação à Sociologia	Carga horária: 60h
Ementa: Emergência e desenvolvimento da Sociologia. Sociologia, método e objeto. O modo de pensar da Sociologia. O social e a sociedade. Senso comum e representações cotidianas. Conceitos sociológicos básicos. Sociologia e pensamento crítico.	
Competências: compreender o universo do pensar sociológico por meio da apropriação de categorias teóricas, conceituais e metodológicas que contribuem com uma prática reflexiva própria da Sociologia.	
Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>FORACCHI, Marialiece; MARTINS, José de Souza (orgs.). Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p> <p>GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ADORNO, Theodor. Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora UNESP, 2008.</p> <p>BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.</p> <p>IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Uma sociologia da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2014.</p>	

Disciplina: Iniciação à Ciência Política	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Introdução ao estudo da política como ciência. Filosofia e teoria política. A política como ação humana. Conceitos fundamentais da Ciência Política e seu uso no estudo da educação: Estado, Sociedade civil, poder, soberania, democracia, cidadania, partidos e sistemas políticos, participação política, liberdade e igualdade.</p>	
<p>Competências: Ao final desta disciplina os alunos serão capazes de compreender o campo de abordagem da Ciência Política, focando o seu objeto de estudo, método de análise e área específica do saber, utilizando-se de seus conceitos básicos, em sua análise relacional com questões da atualidade, especialmente na educação, o que propiciará a base para o estudo das outras disciplinas de Ciência Política.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ARENDDT, Hannah. O que é política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elvier, 2000.</p> <p>_____ (Org.). Dicionário de política. 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 5ª reimpressão, 2010.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ARISTÓTELES. A política. Brasília: Ed. UNB, 1997.</p> <p>BOBBIO, N. e BOVERO, M. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1997.</p> <p>DUVERGER, Maurice. Ciência Política: teoria e método. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.</p>	

Disciplina: Filosofia da Educação	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A educação e a filosofia: gênese, conceitos, caracterizações; o educar e o filosofar; as relações entre Filosofia e Educação; Filosofia como fundamento e crítica da educação; elementos básicos das concepções de educação da filosofia antiga (Sócrates, Platão, Sofistas, Aristóteles) para a modernidade ocidental; concepções da educação na filosofia moderna (Kant, Karl Marx); concepções de educação na filosofia contemporânea: teoria crítica da educação (Adorno, Horkheimer, Marcuse); reconhecimento ético como educação dos afetos (Honneth, Charles Taylor); ética das virtudes como pedagogia da resistência (Macintyre); educação na perspectiva de colonial (Paulo Freire, Catherine Walsh).</p>	
<p>Competências: Pesquisar o campo de estudo e definir a filosofia da educação e sua relação com os cursos de licenciaturas; identificar as principais questões da filosofia da educação; compreender as tendências filosóficas; desenvolver uma visão crítico-reflexiva no contexto dos cursos de licenciatura com base nas contribuições filosóficas da educação.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.</p> <p>DALBOSCO, Cláudio A. CASAGRANDA, Edison A.; MÜHL Eldon H. (Orgs). Filosofia e Pedagogia: aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.</p> <p>ARANHA, Maria L. de Arruda. Filosofia da Educação. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>MÉSZAROS, István. A Educação para além do Capital. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.</p> <p>PORTO, Leonardo Sartori. Filosofia da Educação. Coleção Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.</p> <p>SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.</p>	

Disciplina: Libras	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Conceito de LIBRAS; aquisição e profilaxia da surdez; parâmetros da LIBRAS; história da educação de surdos; identidade e cultura surda; legislação específica para LIBRAS; pedagogia surda; vocabulário básico da língua de sinais: datilologia, números, saudações, pronomes, advérbios, calendário (dias da semana e meses do ano), alimentos, cores, verbos básicos, sinais relacionados à educação: disciplinas escolares, espaços escolares, materiais escolares; sinais específicos de acordo com a Licenciatura do curso estudado.</p>	
<p>Competências: Compreender o contexto linguístico, sociológico, histórico cultural da LIBRAS, por meio de debates e informações gerais; conhecer o atual cenário de políticas públicas e programas para a população surda; compreender as especificidades do indivíduo surdo (produção linguística do surdo); desenvolver conhecimentos básicos e práticos no que se refere ao aprendizado da Língua Brasileira de Sinais Libras.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: sala de aula, biblioteca, laboratório de informática.</p>	
<p>Bibliografia básica</p>	
<p>BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p>	
<p>FELIPE, T. A. Libras em Contexto: Curso Básico : Livro do Estudante / Tanya A. Felipe. 8a. edição- Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora, 2007. Disponível em: https://docgo.net/libras-em-contexto-tanya-felipe-pdf. Acesso em 10 jul. 2021</p>	
<p>SKILIAR, Carlos. Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Rio Grande do Sul: Meditação, 2004.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>	
<p>BRASIL. Legislação de Libras. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 10 jul. 2021.</p>	
<p>BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 10 jul. 2021.</p>	
<p>BRASIL. Legislação de Libras. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 10 jul. 2021.</p>	
<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MACEDO, E C. Manual ilustrado de sinais: e sistema de comunicação em rede para surdos. [S.l: s.n.], 1998.</p>	
<p>HONORA, Márcia. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.</p>	

2º SEMESTRE

Disciplina: Sociologia da Educação	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Contextualização histórica da sociologia; a sociologia e as diferentes abordagens teóricas, conceituais e metodológicas da educação: clássicos e contemporâneos. Escola, ensino, prática docente no mundo contemporâneo e no contexto brasileiro. A escola, os grupos, a família e a socialização. A pesquisa sociológica como estratégia de ensino; temas contemporâneos em sociologia da Educação: juventudes, gênero e diversidade sexual, raça/etnia.</p>	
<p>Competências: Analisar processos educativos a partir das abordagens sociológicas de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé conhecimento, prática e engajamento profissional; identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e dos Direitos Humanos.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada nos conhecimentos científicos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 12ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.</p> <p>RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ABRAVOMOWICZ, Anete e GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.</p> <p>FERNANDES, Danielle; HELAL, Diogo (orgs.). As cores da desigualdade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.</p> <p>MIRANDA, José da Cruz Bispo e SILVA, Robson Carlos da. Entre o Derreter e o Enferrujar: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: Ed UECE, 2015.</p> <p>OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. Reflexões sobre sociologia aplicada à educação. Teresina: UAB/FUESPI/NEAD, 2012.</p> <p>REGO, Teresa Crisna (Org.). Educação, escola e desigualdade. Petrópolis-RJ / São Paulo-SP: Vozes / Segmento, 2011. (Coleção Pedagogia Contemporânea).</p>	

Disciplina: Fundamentos Antropológicos da Educação	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Introdução à Antropologia: objeto de estudo, métodos e técnicas de pesquisa; conceitos básicos: cultura, etnocentrismo, relativismo cultural, diversidade; antropologia e educação: ritos, rituais e práticas escolares; etnografia e educação; corpo, gênero e diversidade sexual na escola.</p>	
<p>Competências: Analisar os processos educativos a partir da abordagem antropológica, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas no tripé “conhecimento, prática e engajamento profissional”; identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos, solidários e dos Direitos Humanos</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: Articulação entre a teoria e a prática de modo interativo, fundada na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.</p> <p>CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana. (org.). Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ABRAMOWICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto. Educação como prática da diferença. Campinas-SP: Ed. Associados, 2006.</p> <p>DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.</p> <p>GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) Diversidade, cultura e educação: Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 2003.</p> <p>LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.</p> <p>ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p>	

Disciplina: Educação e Movimentos Sociais	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Abordagem conceitual e histórica das práticas e ações dos movimentos sociais: clássicos e contemporâneos. Teorias clássicas e contemporâneas dos Movimentos Sociais. Os Novos Movimentos Sociais: configuração, organização e demandas. Educação e movimentos sociais. Movimentos sociais e direitos humanos. Pesquisa sobre os movimentos sociais e suas articulações com a cultura política discussões/socialização dos resultados na sala de aula do ensino médio. O papel pedagógico dos movimentos sociais, sua unidade e diversidade</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de assimilar os conhecimentos básicos das teorias dos movimentos sociais, clássicos e contemporâneos, enfatizando as ariadadas formas de luta por educação num processo socializador e político de construção da cidadania participativa.</p>	
<p>Cenários de aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ARROYO, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.</p> <p>CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.</p> <p>GOHN, M. Glória. Novas Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo. Loyola, 2008.</p> <p>_____ Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.</p> <p>VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos humanos e democracia no Brasil. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.</p>	

Disciplina: Psicologia da Educação	Carga horária: 60h
Ementa: Psicologia como ciência; a psicologia da Educação na formação docente; principais concepções teóricas sobre desenvolvimento e aprendizagem; implicações pedagógicas; dificuldades de aprendizagem e contextos de ensino-aprendizagem.	
Competências: Conhecer as contribuições da Psicologia no processo educacional durante as diferentes fases.	
Cenários de Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: Introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>BARONE, Leda Maria Codeço; MARTINS, Lílian Cássia Baicich; CASTANHO, Maria Irene Siqueira. Psicopedagogia: teorias da aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.</p> <p>NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BARBOSA, Laura Monte Serrat. Psicopedagogia: um diálogo entre a Psicopedagogia e a educação. Curitiba. 1a ed. Base de livros, 2017.</p> <p>FÁVERO, Maria Helena. Psicologia e conhecimento: subsídios da psicologia do desenvolvimento para a análise do ensinar e aprender. Brasília: UNB, 2005.</p> <p>GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>NUNES, Ana Ignez Belém; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia do Desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos. Fortaleza: Liber Livro, 2008.</p> <p>TAILLE, Y DE LA; OLIVEIRA, M.K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon – teorias psicogenéticas em discussão. 28a. ed. São Paulo: Summus, 2019.</p>	

Disciplina: Política Educacional e org. da Educação Básica	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: direito à educação; a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais, os contextos e a legislação de ensino; o financiamento; a organização da educação básica e da educação superior na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei no. 9.394/96) e na legislação complementar.</p>	
<p>Competências: Conhecer e entender as políticas educacionais do Brasil.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BRZEZINSKI, Iria. (Org.). LDB vinte anos depois: projetos educacionais em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2018.</p> <p>CÁSSIO, F. L. (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.</p> <p>OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>KRAWCZYK, Nora (Org.). Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas-SP:FE/UNICAMP; Uberlândia-MG: Navegando, 2018.</p> <p>LIMA, Antônio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos (Orgs.). Em defesa das políticas públicas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellia; RODRIGUES, Cibele Maria Lima (Orgs.). A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2019.</p> <p>OLIVEIRA, R.L. P. Direito à educação. In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (orgs). Gestão, financiamento e direito à educação. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2019.</p>	

3º SEMESTRE

Disciplina: Antropologia I	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. A crítica ao etnocentrismo e o relativismo cultural. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Os precursores e o evolucionismo cultural na conformação da Antropologia como disciplina.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina os alunos serão capazes de conhecer o pensamento antropológico – teoria, método e objeto – e de analisar as suas principais correntes teóricas.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>CASTRO, Celso (org.). Evolucionismo Cultural - textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.</p> <p>BOAS, Franz. “As limitações do método comparativo em Antropologia”. In: Antropologia Cultural. Organizado, apresentado e traduzido por Celso Castro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 25- 39.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e História.” In LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural Dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>DARWIN, Charles. A Origem das Espécies. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001.</p> <p>BOAS, Franz. A Mente do Ser Humano Primitivo. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.</p> <p>STADEN, HANS. Viagens ao Brasil. 1892. Rio de Janeiro : s.n., 1892, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. tomo 55, pp. 267-360. Tradução de Tristão de Alencar Araripe.</p> <p>MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. 2 a . ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.</p> <p>Ruth Benedict. Padrões de Cultura. Trad. Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p>	

Disciplina: Sociologia I	Carga horária: 60h
Ementa: Contexto sócio, histórico, cultural e científico do surgimento da Sociologia. Pensadores que influenciaram a formação do pensar sociológico. A contribuição de Karl Marx. A ciência da sociedade do século XX: Émile Durkheim e Max Weber.	
Competências: analisar o contexto de formação da Sociologia como ciência da sociedade. Compreender os fundamentos teóricos e metodológicos dos precursores e clássicos da Sociologia. Relacionar as abordagens do pensar sociológico com o surgimento da modernidade.	
Cenários de aprendizagens: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>DURKHEIM, Émile. A divisão social do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>MARX, Karl. O capital. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.</p> <p>QUINTANEIRO, Tânia <i>et al.</i> Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1995.</p> <p>WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2010.</p>	

Disciplina: Ciência Política I	Carga horária: 60h
Ementa: Formação do Estado moderno. Maquiavel e a formação do Estado Nacional. O contratualismo em Hobbes, Locke e Rousseau. Montesquieu e a teoria da separação dos poderes. Os federalistas e o regime republicano.	
Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de compreender o processo de formação do Estado, da sociedade moderna e do sistema federativo, à luz dos principais clássicos da Ciência Política.	
Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BOBBIO, N. e BOVERO, M. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>WEFFORT, Francisco (org.) Os clássicos da política 1: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>HOBBS, Thomas. O leviatã ou matéria, forma e poder de um estado. São Paulo: Martin Claret, 2008.</p> <p>LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Martins Claret, 2002.</p> <p>MONTESQUIEU, Charles de Secondat, barão de La Brède e de. O espírito das leis. São Paulo: Martins Fontes, 1996.</p> <p>ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.</p> <p>MAQUIAVEL. O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p>	

Disciplina: Didática	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Fundamentos epistemológicos da Didática; a importância da Didática na formação do/a professor/a; formação e identidade docente; tendências pedagógicas da prática escolar; o planejamento de ensino e a organização do processo ensino-aprendizagem</p>	
<p>Competências: Compreender os fundamentos da Didática enquanto pressupostos básicos na formação do professor para o exercício da docência; analisar criticamente o processo do planejamento de ensino e seus componentes didáticos.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: sala de aula, sala de vídeo, ambiente virtual e biblioteca da UESPI.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991. 4. ed. Campinas- SP: Papyrus, 2008.</p> <p>VEIGA, I. P. A. A prática pedagógica do professor de didática. 11. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>BEHRENS, Marilda Aparecida et al. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2003.</p> <p>CANDAU, Vera Maria F. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p> <p>MARLI E. D. A. de André; Maria Rita Neto S. Oliveira (orgs.). Alternativas do Ensino de Didática. Campinas: Papyrus, 1997.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Editora Vozes Limitada, 2012.</p>	

Disciplina: Cultura e Processos Identitários	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Cultura, sociedade e subjetividades. Estudos sobre processos identitários. Ideologia e representações socioculturais. Construção social das diferenças. Simbolismo e imaginários sociais. Identidades sociais, sociabilidades educacionais e juventudes.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de compreender as leituras sobre a relação entre as diferenças culturais e as identidades socioculturais e de analisar a realidade de forma interseccional, em especial, no âmbito das sociabilidades educacionais.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.</p> <p>GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ARAÚJO, Paulo Roberto m. de. Identidades contemporâneas: criação, educação e política. Porto Alegre: Zouk Editora, 2006.</p> <p>COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.</p> <p>CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2012.</p> <p>DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.</p>	

4º SEMESTRE

Disciplina: Antropologia II	Carga horária: 60h
Ementa: A constituição das antropologias social-britânica – funcionalismo e estrutural-funcionalismo e cultural norte-americana.	
Competências: Pretende-se com esta disciplina continuar conduzindo os estudantes no conhecimento das principais vertentes da teoria antropológica, tendo por objeto específico os discursos antropológicos produzidos sob as rubricas da Escola Sociológica Francesa, da Escola Funcionalista Inglesa e da Escola Inglesa de Antropologia Social.	
Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>DOUGLAS, M. Pureza e Perigo. Perspectiva, 1978.</p> <p>DURKHEIM, E & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. Ensaio de Sociologia. São Paulo. Perspectiva, 1990.</p> <p>MALINOWSKI, Bronislaw Kaspar. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1976</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>EVANS-PRITCHARD, Edward. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 2007.</p> <p>MEAD, Margareth. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1979.</p> <p>RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973.</p> <p>TURNER, Victor. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes. 1974</p> <p>VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem. Petrópolis: Vozes. 1978</p>	

Disciplina: Sociologia II	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A abordagem funcional-estrutural em perspectiva sociológica. Conceitos fundamentais básicos. A teoria da ação social: interações, rituais, dramaturgia e papéis sociais. Balanço crítico dos paradigmas.</p>	
<p>Competências: Compreender os pressupostos teóricos, conceituais e metodológicos da abordagem funcional-estrutural da ação social, identificando criticamente as contribuições para a Sociologia.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2006.</p> <p>MERTON, Robert K. Ensaio de sociologia da ciência. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.</p> <p>PARSONS, Talcott. A estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>DOMINGUES, José Maurício. A sociologia de Talcott Parsons. Niterói: Ed. UFF, 2001.</p> <p>EUFRASIO, Antônio Mário. Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>GARFINKEL, Harold. Estudos de etnometodologia. Petrópolis: Vozes, 2018.</p> <p>GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2019.</p> <p>LALLEMENT, Michel. História das Ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2008 (vol.2).</p>	

Disciplina: Ciência Política II	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Estudo da trajetória do pensamento político moderno através dos autores: Benjamin Constant, Edmund Burke, Karl Marx, Antônio Gramsci e Louis Althusser. Considerações sobre as relações entre Estado/sociedade e economia / política na perspectiva dos pensadores.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de identificar os temas de estudo próprios da Teoria Política, visando estabelecer sua conexão com a Ciência Política. Propõe-se a distinção entre os temas clássicos e os modernos, a partir da qual os pensadores relevantes no campo da Teoria Política serão abordados.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>QUIRINO, C. G.; SADEK, M. T. O pensamento político clássico. São Paulo: T.A Queiroz, 1992.</p> <p>SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política 2: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980</p> <p>BURKE, E. Reflexões sobre a Revolução Francesa. Brasília, UNB, 1992.</p> <p>CONSTANT, B. Princípios de Política. Rio de Janeiro: TopBooks, 2005.</p> <p>GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere . Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.</p> <p>MARX, Karl. O Dezoito de Brumário. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p>	

Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa	Carga horária: 90h (30h Prática Pedagógica)
<p>Ementa: As bases epistemológicas e teóricas que fundamentam a metodologia qualitativa e quantitativa em Ciências Sociais, e sua relação entre teoria e prática. Os métodos de pesquisas quantitativos e qualitativos e suas respectivas técnicas de levantamento de dados. As técnicas do trabalho de campo. Técnicas de sistematização e análise de dados. *Práticas de levantamento e organização de dados/referenciais bibliográficos a partir das temáticas de interesse dos estudantes para o trabalho de conclusão de curso.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de familiarizar-se com as noções básicas que cercam os protocolos técnicos, metodológicos e conceituais de pesquisa qualitativa e quantitativa em Ciências Sociais, bem como apresentar as diversas etapas de uma pesquisa: os métodos, a prática da pesquisa bibliográfica e empírica e a análise do resultado.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ALVES- MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2ª edição. São Paulo, 1999.</p> <p>BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2010.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>BABBIE, Earl. Métodos De Pesquisas De Survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.</p> <p>POUPART, Jean et al. A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.</p> <p>MACEDO, R.S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, Á. Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas. Salvador: EDUFBA, 2009.</p> <p>SANTOS, Tania Steren. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. <i>Sociologias</i>, n. 21, jan/jun 2009.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.</p>	

5º SEMESTRE

Disciplina: Antropologia III	Carga horária: 90h (30h Prática Pedagógica)
Ementa: O estruturalismo. Lévi-Strauss e a análise estrutural. A antropologia do pós-guerra. As bases da antropologia contemporânea.	
Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de apresentar o estruturalismo tal como desenvolvido por Claude Lévi-Strauss, através do estudo aprofundado de várias de suas monografias clássicas. Além disso, pretende-se atualizar o debate teórico proposto pela antropologia contemporânea e pela pluralidade paradigmática existente, relacionando este cenário atual com a teoria antropológica já estudada.	
Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>GEERTZ, Clifford. O saber local. Rio de Janeiro. Vozes, 1997.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural I. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1970.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. As Estruturas Elementares do Parentesco. Tradução: Mariano Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>LEACH, Edmund. Cultura e Comunicação. Lisboa: Edição 70, 2009.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Papyrus, 2012.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. O suplício do Papai Noel. São Paulo. Cosac Naify, 2008.</p> <p>VIVEIROS DE CASTRO. Eduardo Metafísicas canibais: elementos para uma Antropologia Pós-Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.</p> <p>SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2003.</p>	

Disciplina: Sociologia III	Carga horária: 90h (30h Prática Pedagógica)
Ementa: A sociologia e os desdobramentos teóricos e metodológicos da sociedade contemporânea: o estruturalismo construtivista; a moderna teoria social; cultura e civilização; modernidade líquida e tardia.	
Competências: Analisar os desdobramentos teóricos, conceituais e metodológicos, apropriando-se criticamente das contribuições para a sociologia contemporânea.	
Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.</p> <p>GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.</p> <p>BOURDIEU, PIERRE. Questões de sociologia. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.</p> <p>DOMINGUES, José Maurício. Teorias sociológicas do século XXI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.</p> <p>GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 2ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2003.</p>	

Disciplina: Ciência Política III	Carga horária: 90h (30h Prática Pedagógica)
<p>Ementa: Contexto social de emergência do liberalismo: Estado-nação, mercado e indivíduo; o Estado-nação moderno e a ascensão do capitalismo. O modelo liberal de exercício do poder. Vertentes teóricas da democracia: elitista, realista; pluralista. Arranjos empíricos da democracia: Estado, mercado e democracia; participação e representação; liberal-democracia e socialdemocracia. O neoliberalismo e a terceira via. Desafios e dilemas das democracias contemporâneas</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de examinar os principais temas da política relacionados ao liberalismo e à democracia, quer sejam tomados enquanto vertentes teóricas ou enquanto práticas políticas.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.</p> <p>DAHL, Robert. Sobre a Democracia. Trad. de Beatriz Sidou. Brasília: Ed. UnB, 2001.</p> <p>SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo. Vol. II. São Paulo: Ática, 1994.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UNB, 2001.</p> <p>HELD, David. Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Paideia, 1987.</p> <p>STUART MILL. O governo representativo. São Paulo: Ibrasa, 1995.</p> <p>TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.</p> <p>WEFFORT, Francisco. Clássicos da Política 2: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 2001.</p>	

Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	Carga horária: 90h
<p>Ementa: Abordagens metodológicas de ensino das ciências sociais no ensino médio. A prática docente no ensino médio. Análise teórica e metodológica dos conteúdos programáticos de ensino.</p>	
<p>Competências: Familiarizar-se com as metodologias de ensino das ciências sociais no ensino médio. Refletir sobre as práticas docentes. Identifica a interface metodologia e técnicas colaborativas como ferramenta de operacionalização de ensino.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica: BODART, Cristiano das Neves; BRUNETTA, Antônio Alberto e CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dicionário do Ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.</p> <p>HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs.). Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.</p> <p>SOUSA, Maria das Dôres de. Identidade e docência: o professor de sociologia do ensino médio. Curitiba: Appris, 2016.</p> <p>Bibliografia complementar: BODART, Cristiano das Neves. O uso de canções no ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021.</p> <p>LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia. Revista de Ciências Sociais (UFC). Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2418. Acesso em: 19 de outubro de 2019.</p> <p>PLANCHEREL, Alice Anabuki e OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio. Maceió: EDUFAL, 2007.</p> <p>ROGÉRIO, Radamés de Mesquita; OLIVEIRA, Luan Machado de. O conhecimento sociológico como subsídio à escrita da redação do ENEM. In: BODART, Cristiano (org.). O ensino de Humanidades nas escolas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.</p> <p>SOUSA, Luciano de Melo (org.). Inquietudes sociológicas: ensaios sobre gênero, sexualidade, cultura, ensino de Sociologia e educação. Curitiba: Appris, 2020.</p>	

6º SEMESTRE

Disciplina: Prática de Pesquisa I	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Elaboração do Projeto de Pesquisa. Delineamento do projeto e relatório de pesquisa. Noções para execução do projeto. Revisão bibliográfica e metodológica. *Produção de pesquisa exploratória para o TCC, prioritariamente temáticas relacionadas à educação. (*PPCC).</p>	
<p>Competências: A disciplina será capaz de propiciar ao estudante de Ciências Sociais um espaço para elaboração e discussão do projeto de pesquisa, estruturar uma base sólida de pesquisa – bibliográfica e metodológica – para que o aluno se sinta preparado para o desenvolvimento posterior do trabalho de conclusão de curso, em suas diferentes modalidades.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: Esta disciplina fomentará o aluno de instrumentos básicos para elaboração do projeto de pesquisa nas diferentes modalidades oferecidas no curso, para que o mesmo seja capaz de desenvolvê-lo.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ANDRÉ, Marli. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 2001.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2018.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>BARROS, Adil de Jesus Paes de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.</p> <p>CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Estudo de caso e conhecimento sociológico. In: Uma sociologia da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>	

Disciplina: Antropologia Brasileira	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Principais clássicos da literatura antropológica brasileira em seus primórdios. A questão da mestiçagem e da influência do clima na construção de um “caráter nacional”. Os “Tipos e Aspectos” do Brasil. Os objetos de pesquisa da Antropologia Brasileira.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de compreender o panorama geral da Antropologia Brasileira através dos temas da formação do povo brasileira, a mestiçagem e as desigualdades no Brasil.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rocco, 1997.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 2 - No limiar de uma nova era. São Paulo: Ática, 1978.</p> <p>VELHO, Gilberto. A utopia urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1973</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ABRAMO. H. W. Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano. Anpocs/Editora Scritta, 1993.</p> <p>PEIRANO, M. A favor da etnografia. Série Antropologia. Brasília, 1992.</p> <p>PACHECO, J.P. O Nascimento do Brasil. “Pacificação”, Regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra-capá, 2016.</p> <p>PERLONGHER, Nestor. O negócio do michê. 2ªed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro – A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.</p> <p>SCHWARZ, Lilia Moritz. Uma História de “Diferenças e Desigualdades”- As doutrinas Raciais do Século XIX. In: O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p>	

Disciplina: Ensino de Sociologia	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A especificidade dos conhecimentos sociológicos na educação básica. Análise e experimentação de técnicas de ensino de Sociologia a partir da crítica da BNCC, dos livros didáticos e do estado da arte do subcampo de ensino da Sociologia.</p>	
<p>Competências: Aprofundar conhecimentos que viabilize uma mediação entre ensino e técnicas colaborativas como ferramenta de operacionalização metodológicas alternativas de ensino. Apropriar-se criticamente da BNCC, do livro didático e demais materiais necessários ao desenvolvimento do estado da arte do subcampo de ensino da sociologia.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica</p>	
<p>HANDFAS, Anita e MAÇAIRA, Julia Polessa (Orgs.). Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica. Rio de Janeiro: E-Pappers, 2012.</p>	
<p>GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). Sociologia e juventude no Ensino Médio: formação, PIBID e outras experiências. Campinas: Pontes Editores, 2013.</p>	
<p>SILVA, Ileizi Fiorelli e GONÇALVES, Danyelle Nilin (Orgs.). A sociologia na educação básica. São Paulo: Annablume, 2017.</p>	
<p>Bibliografia complementar</p>	
<p>BODART, Cristiano das Neves e ROGÉRIO, Radamés de M. (Orgs.). A importância do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.</p>	
<p>BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dicionário do Ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.</p>	
<p>HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs.). Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.</p>	
<p>PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. [Entrevista com François Dubet]. Revista Brasileira de Educação[S.l: s.n.], 1997.</p>	
<p>SOUSA, Luciano de Melo (org.). Inquietudes sociológicas: ensaios sobre gênero, sexualidade, cultura, ensino de Sociologia e educação. Curitiba: Appris, 2020.</p>	

Disciplina: Estágio I	Carga horária: 200h
<p>Ementa: Preparação, planejamento e avaliação das esferas do ensino e da aprendizagem. Vivência direta da prática de ensino em Ciências Sociais, através da participação e da correção de classes de escolas da rede pública ou privada ou em programas/ projetos educacionais no qual o ensino de Ciências Sociais ou Sociologia seja contemplado. Avaliação do regente, do plano de aula, dos estudantes e do espaço escolar como um todo. Preparação de relatório sobre as atividades desenvolvidas.</p>	
<p>Competências: Com esta disciplina o aluno iniciará o processo de formação prática como futuro licenciado em Ciências Sociais, com destaque para o planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas para o ensino da disciplina no Ensino Médio.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: Os alunos serão orientados a desenvolverem estudos e planejamento de sua atuação na escola, bem como realizar observação direta do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, em escolas da educação básica.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília, 2018.</p> <p>_____. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias: SOCIOLOGIA. Brasília, s/d, p. 87-98.</p> <p>_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>GATTI, Bernadete Angelina (coord.). BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília, UNESCO, 2009.</p> <p>KRAWCZYK, Nora (org.). Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>MORAES, Amaury César (coord.). Sociologia: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).</p> <p>PLANCHEREL, Alice Anabuki. OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio. Maceió: EDUFAL, 2007.</p> <p>ZAN, Dirce Pacheco e. O estágio na formação do professor de Sociologia. Cadernos CEDES [online]. 2011, v. 31, n. 85, pp. 447-458.</p>	

Disciplina: Cultura Negra e Indígena	Carga horária: 90h (30h Prática Pedagógica)
<p>Ementa: O problema da identidade na teoria antropológica; o conceito de grupo étnico, processos de identidades, identificação e articulação étnica; diversidade cultural, identidade e etnicidade: o problema da diferença no contexto ideológico das sociedades modernas. Aspectos da cultura negra e indígena. Formação da população negra e indígena brasileira e piauiense; políticas e relações raciais e identitárias.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de entender o processo de formação de identidade e de identificação dos grupos étnicos na sociedade brasileira. Compreender a diversidade étnico e racial específica da sociedade brasileira e as políticas indígenas e raciais elaboradas pelo Estado na contemporaneidade.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>DIAS, Claudette Maria Miranda & SANTOS, Patrícia de Sousa. História dos Índios no Piauí. 2 ed. Teresina, EDUFPI, 2016.</p> <p>MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo.— 5ª ed. - Teresina : EdUESPI, 2021(e-book).</p> <p>POUTGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade/seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: ed. UNESP, 1998.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Branços e negros em São Paulo. São Paulo: Global, 2008.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes. Editora Ática. São Paulo, 1978.</p> <p>MUNANGA, Kabenlege. Negritude, usos e sentidos. Rio de janeiro: Ática, 1986.</p> <p>N'DIAYE, Tidiane. O genocídio ocultado. A investigação histórica sobre o tráfico negreiro árabo-muçulmano. Lisboa: Gradiva, 2019.</p> <p>OLIVEIRA, João Pacheco. A viagem de volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993.</p>	

7º SEMESTRE

Disciplina: Prática de Pesquisa II	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Acompanhamento da coleta, organização e análise de dados e da bibliografia para alcançar objetivos da pesquisa. Vinculação entre conhecimentos empíricos e teóricos. Preparação preliminar da seção analítica/empírica/prática do TCC.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de organizar os dados empíricos/bibliográficos/práticos com base no trabalho orientado e desenvolvido no curso de Ciências Sociais.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: Esta disciplina proporcionará aos alunos o acompanhamento necessário para estabelecer as fontes, coletar e analisar os dados empíricos/bibliográficos/práticos para o desenvolvimento do TCC.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.</p> <p>LISE, Fernanda et al (org.). Etapas da construção científica: da curiosidade acadêmica à publicação dos resultados. Pelotas: Editora da UFPel, 2018.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Marly. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2016.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.</p> <p>CERVI, Emerson Urizzi. Manual de métodos quantitativos para iniciante em Ciência Política. Volume 1. Curitiba: CPOP-UFPR, 2017.</p> <p>DOMINGOS, José Contreras. Relatos de experiencia, en busca de un saber pedagógico. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador, v. 01, n. 01, p. 14-30, jan./abr. 2016.</p> <p>DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, março/ 2002.</p> <p>PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. e Cienc. Inf., v. 10, n. 2, 2012.</p>	

Disciplina: Pensamento Social Brasileiro	Carga horária: 60h
Ementa: As matrizes fundadoras da formação do pensamento social brasileiro. Intérpretes e interpretações do Brasil em suas conexões com os dilemas persistentes da sociedade brasileira.	
Competências: Analisar os processos de formação do pensamento social brasileiro. Identificar a produção, circulação, recepção de autores e obras: tensões, impasses e teorizações sobre a formação brasileira.	
Cenários de Aprendizagem: - O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2000.</p> <p>FREYRE, Gilberto. Interpretações do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2016</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>AXT, Gunter; SCHULLER, Fernando Luis. Intérpretes do Brasil. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2004.</p> <p>DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. Clássicas do pensamento social: Mulheres e feminismos no século XIX. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2021</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52.edição comemorativa. São Paulo: Global, 2013.</p> <p>IANNI, Octávio. Pensamento Social no Brasil. São Paulo: EDUSC, 2004.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p>	

Disciplina: Política Brasileira	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Determinantes históricos da política brasileira: cultura política, instituições políticas, relações sociais e padrões de interação entre os agentes. Velhas e novas práticas políticas: patrimonialismo, coronelismo, clientelismo, populismo e autoritarismo. O processo de formação e organização do Estado brasileiro, o sistema partidário e o pacto federativo. A construção da cidadania e os experimentos democráticos no Brasil.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de analisar e discutir criticamente os eventos e as instituições políticas que se desenvolveram no país em sua história republicana até o ciclo democrático do final do século XX.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>AVRITZER, L.; MILANI, C. R. S.; BRAGA, M. S. (orgs.). A ciência política no Brasil: 1960-2015. Capítulo 9. Rio de Janeiro: FGV.</p> <p>CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.</p> <p>WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ARRETCHE, MARTA. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.</p> <p>FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: ed. Globo, 1958.</p> <p>LEAL, Vítor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1976.</p> <p>MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro/Brasília, Jorge Zahar/ENAP, 1997.</p>	

Disciplina: Ensino de Antropologia	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Especificidade dos conhecimentos antropológicos na educação básica. Análise e experimentação de técnicas de ensino de Antropologia a partir da crítica da BNCC, dos livros didáticos e do estudo da arte de cada subcampo de ensino.</p>	
<p>Competências: Compreensão por parte dos estudantes de como fazer um ensino significativo de Antropologia tendo em vista os desafios concretos para o ensino das Ciências Sociais na educação básica brasileira e, em particular, no Piauí.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida através do diálogo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades. Além disso, a disciplina vai conter aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>DAUSTER, Tânia. Um saber de fronteira – entre a antropologia e a educação. In: DAUSTER, Tânia. (org.) Antropologia e educação: um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2007. p. 13-35.</p> <p>GUSMÃO, Neusa Maria M. Antropologia e educação: origens de um diálogo. Cadernos CEDES, v. 18, nº 43, p. 8-25, 1997.</p> <p>BESERRA, Bernadete & LAVERGNE, Rémi. Etnografando a Sala de Aula: contribuições da antropologia à formação de professores. ANTHROPOLÓGICAS 27(1):72-101, 2016</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>OLIVEIRA, Amurabi. A Antropologia no Ensino Médio: uma análise a partir dos livros didáticos. Cadernos de Estudos Sociais, v. 1 e 2, n. 28, p. 1-25, 2013a.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum, http://basenacionalcomum.mec.gov.br, 2017.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. "Os excluídos do interior". IN: CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice (org.). Escritos sobre a educação. Petrópolis/RJ, Vozes, 2007, pp. 217-227.</p> <p>KUPER, Adam. Cultura. A visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC, 2002.</p> <p>VIEIRA, Roberto. "Da multiculturalidade à educação: a antropologia da educação na formação dos professores". Educação, Sociedade & Cultura, n. 12, 1999, pp. 123-162.</p>	

Disciplina: Estágio II	Carga horária: 200h
<p>Ementa: Preparação, planejamento e avaliação das esferas do ensino e da aprendizagem. Vivência direta da prática de ensino em Ciências Sociais, através da participação e da corregência de classes de escolas da rede pública ou privada ou em programas/ projetos educacionais no qual o ensino de Ciências Sociais ou Sociologia seja contemplado. Avaliação do regente, do plano de aula, dos estudantes e do espaço escolar como um todo. Preparação de relatório sobre as atividades desenvolvidas.</p>	
<p>Competências: Com esta disciplina o aluno iniciará o processo de formação prática como futuro licenciado em Ciências Sociais, com destaque para o planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas para o ensino da disciplina no Ensino Médio.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: Os alunos serão orientados a desenvolverem estudos e planejamento de sua atuação na escola, bem como realizar observação direta do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, em escolas da educação básica.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BURIOLOLA, Marta Feiten. O estágio supervisionado. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, A. BARBOSA, V. S. L. Formação de Professores em Ciências Sociais: desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID". Revista Inter-Legere, 13, 2013, p. 140-162.</p> <p>TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>CIGALES, M. P.; SOUZA, R. D. de. O Estágio Curricular Supervisionado em tempos de pandemia: um debate em construção. Latitude, 14(Esp.), 2021, p. 286–310.</p> <p>CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola. Educar em Revista [online]. v. 36, Epub 21, dez/2020.</p> <p>OLIVEIRA, Luiz Fernandes. (org.). Ensino de sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais. 1ed. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2012.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Jovens do Ensino Médio e participação na esfera escolar: um estudo transnacional. Estudos Avançados [online], v. 34, n. 99, 2020, p. 313-332.</p>	

8º SEMESTRE

Disciplina: Prática de Pesquisa III	Carga horária: 60h
Ementa: Redação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), prioritariamente temáticas relacionadas à educação. Apresentação do trabalho final.	
Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de redigir/produzir seu trabalho final de curso (TCC) com base na pesquisa orientada e desenvolvida no curso de Ciências Sociais.	
Cenários de Aprendizagem: Esta disciplina dotará os alunos de instrumentais básicos para a formatação final do trabalho de conclusão de curso (TCC), segundo as normas da ABNT.	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BARROS, Adilde Jesus Paes de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MOURA FILHO, Geraldo Batista; CARVALHO, Rigoberto Veloso; CARVALHO, Vanessa Andrade. Manual de normalização de monografia, dissertação e tese. Teresina: UFPI, 2020.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>COSTA, Marisa Vorraber (org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DPA, 2002a.</p> <p>LISE, Fernanda et al (org.). Etapas da construção científica: da curiosidade acadêmica à publicação dos resultados. Pelotas: Editora da UFPel, 2018.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2010.</p> <p>ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 7ed. Campinas: Pontes, 2007.</p> <p>THOMAS, Gary, PRING, Richard (orgs.). Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica. Porto Alegre: ARTMED, 2007.</p>	

Disciplina: Ensino de Ciência Política	Carga horária: 60h (30h Prática Pedagógica)
Ementa: A especificidade dos conhecimentos políticos na educação básica. Análise e experimentação de técnicas de ensino de Política a partir da crítica da BNCC, dos livros didáticos e do estado da arte de cada subcampo de ensino.	
Competências: Compreensão por parte dos estudantes de como fazer um ensino significativo de Política tendo em vista os desafios concretos para o ensino das Ciências Sociais na educação básica brasileira e, em particular, no Piauí.	
Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.</p> <p>BODART, C. (Org.). Conceitos e categorias fundamentais do ensino de Ciência Política. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021.</p> <p>DANTAS, H. Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS), v. 1, n.1, p. 131-152, 2017. Disponível em: https://cabececs.com.br/index.php/cabececs/article/view/36/34</p> <p>FEIJÓ, Fernanda. O ensino de Sociologia e a Política. In: BRUNETTA, Antonio A.; BODART, Cristiano das N.; CIGALES, Marcelo P. (Orgs.). Dicionário do ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. pp. 317-320.</p> <p>FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais e Ensino Médio: formação para a vida civil e cultura política democrática. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2017.</p> <p>PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência Política no Ensino Médio: Reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, v. 13, 2015.</p> <p>SANTOS, Alexsandro. A Escola Básica e a Educação Política para a Cidadania: provocações para um debate necessário. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 17-31, jul/dez 2018.</p>	

Disciplina: Sociologia Brasileira	Carga horária: 60h
Ementa: A sociologia da sociologia brasileira e o processo de formação do pensamento sobre o Brasil. Fases e questões abordadas. Temas e estilos de reflexão e de pesquisa.	
Competências: Analisar a formação da sociologia brasileira, identificando os processos e práticas que definiram as bases teóricas, conceituais e metodológicas dos caminhos a serem trilhados pela sociedade brasileira.	
Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Um enigma chamado Brasil – 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</p> <p>PINHEL, André Marega; Alves, Benno Warken. Sociologia Brasileira. Curitiba: Intersaberes, 2019.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). 4ªed.-São Paulo: Martim Claret, 2011(Coleção Obra - prima de cada autor).</p> <p>SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001</p> <p>MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001</p> <p>MOTA, Lourenço Dantas(Org.) Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2004.</p> <p>PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização Carlos Augusto Calil. 10ª ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p>	

DISCIPLINAS OPTATIVAS E TÓPICOS AVANÇADOS

A formação do licenciado em Ciências Sociais baseia-se no estudo de três áreas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Por mais que estas três ciências estejam relacionadas ao ponto de serem reunidas em uma mesma categoria – a das ciências sociais – elas possuem significativas diferenças e peculiaridades entre si, como objetos e métodos de análise próprios.

Nas disciplinas optativas e nos tópicos avançados os estudantes têm a possibilidade de aprofundarem conhecimentos, competências e habilidades próprias de cada uma das áreas das Ciências Sociais, bem como experimentarem propostas flexíveis, interdisciplinares e com novas articulações entre teoria e prática.

Assim, a ênfase do ensino das Ciências Sociais tem como uma das suas premissas a importância da oferta de disciplinas optativas, o que permite ao estudante ter não apenas uma sólida formação nas três áreas – garantida pelas disciplinas obrigatórias – mas também uma formação que lhe permite um domínio consideravelmente aprofundado na área ou nas temáticas de maior interesse.

A oferta das disciplinas optativas nos cursos de Ciências Sociais foi legalmente institucionalizada através do Parecer nº 492/2001, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara Superior de Educação (CSE) que estabelece as diretrizes curriculares nacionais de diversos cursos da área de Ciências Humanas, entre eles o curso de Ciências Sociais. Segundo o referido parecer, todo curso de Ciências Sociais – seja a habilitação em licenciatura ou bacharelado – deve ser organizado em torno de três eixos: formação específica, formação complementar e formação livre. O eixo da formação específica é composto por “um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia)”¹¹. Além do eixo de formação específica, as disciplinas optativas e os tópicos avançados também estão presentes no eixo de formação complementar, que “compreende atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e atividades definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do curso, bem como de atividades acadêmicas que fazem interface com aqueles conjuntos advindas de outros cursos da IES”¹².

¹¹ Parecer CNE/CSE nº 492/2001, pág. 27

¹² Parecer CNE/CSE nº 492/2001, pág. 27.

A oferta das disciplinas optativas e a definição dos conteúdos dos Tópicos Avançados serão elaboradas no semestre anterior, em uma reunião do Colegiado. A oferta de cada uma dessas disciplinas dependerá tanto da demanda dos alunos, como da disponibilidade de professores para ministrá-las.

As disciplinas com ementas pré-estabelecidas estão listadas na Tabela 3 e cobrem as três áreas das Ciências Sociais, além de também se voltarem para domínios conexos para a formação complementar.

Tabela 3 – Disciplinas optativas com ementas pré-estabelecidas

DISCIPLINA	ÁREA	C/H	CRÉDITOS
Antropologia do Simbólico	Antropologia	60h	4
Antropologia Urbana	Antropologia	60h	4
Ciência, Tecnologia e Sociedade	Sociologia	60h	4
Epistemologia das Ciências Sociais	Ciências Sociais	60h	4
Estudos Socioantropológicos da Literatura	Sociologia	60h	4
Estudos Socioantropológicos da Religião	Ciências Sociais	60h	4
Estudos Socioantropológicos do Rural	Antropologia	60h	4
Estudos Socioantropológicos do Urbano	Sociologia	60h	4
Formação Econômica e Social Brasileira	Sociologia	60h	4
Fundamentos de Estudos Gênero e Diversidade Sexual na Educação	Ciências Sociais	60h	4
História Social do Piauí	Ciências Sociais	60h	4
Introdução à Economia	Economia	60h	4
Instituições Políticas Brasileiras	Ciência Política	60h	4
Propriedade Intelectual e Ciências Sociais	Ciências Sociais	60h	4
Sociologia do Crime e Violência Urbana	Sociologia	60h	4
Sociologia Urbana	Sociologia	60h	4
Sociologia da juventude	Sociologia	60h	4

Disciplina: Antropologia do Simbólico	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Refletir sobre o conceito de símbolo a partir das principais teorias antropológicas. Analisar as noções de mito e rito e suas especificidades culturais. Relacionar símbolos e sociedade, símbolos e experiência pessoal. Abordar a relação entre experiência e suas diferentes formas de expressão, tais como festas, narrativas, espetáculos. Considerar a produção de “performances culturais” nas sociedades contemporâneas.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz conhecer o conjunto de articulações teóricas que fundamentam os conceitos de simbólico, o princípio de reciprocidade, mitos e rituais na Antropologia.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, e aula de campo.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 2000.</p> <p>DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.</p> <p>LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metáforas da Vida Cotidiana. São Paulo: Mercado de Letras/EDUC, 2002.</p> <p>LANGDON, E. J. Performance e Preocupações Pós-Modernas em Antropologia. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: PPGAS/UFSC. N. 11, 1996.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural I. Tradução de Chaim S. Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.</p> <p>MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Vols. 1 e 2. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo: E.P.U./E.D.U.S.P. 1974.</p>	

Disciplina: Antropologia Urbana	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A construção do espaço e do território na perspectiva antropológica. Escola de Chicago. A categoria cidade e as especificidades das etnografias urbanas. O fenômeno Urbano. Tribos e outras imagens. Cidade e Globalização. Identidade, desterritorialização. Lugares e não lugares. Etnografia da cidade.</p>	
<p>Competências: Propiciar aos discentes debates sobre a especificidade da metodologia da antropologia urbana, notadamente referente às etnografias urbanas, bem como trazer à tona o processo de construção dos sujeitos através da percepção da complexidade das cidades e do fenômeno urbano através das categorias: identidade, desterritorialização, lugares, não lugares.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>AGIER, Michel. Antropologia da Cidade. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.</p> <p>MAGNANI, José G. e Lilian L. Torres, (org). Na metrópole. Textos de antropologia urbana, São Paulo: Ed. USP, 2000.</p> <p>VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>CASTRO, Celso e Graça I. Cordeiro, Mundos em mediação: ensaios ao encontro de Gilberto Velho, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.</p> <p>DURHAM, Eunice. A caminho da cidade. Editora perspectiva, 1984.</p> <p>FRÚGOLI JR., Heitor. Sociabilidade urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>VELHO, Gilberto. Projeto Metamprfose. Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.</p> <p>VELHO, Gilberto. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1994.</p>	

Disciplina: Ciência, Tecnologia e Sociedade	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Produção científica e tecnológica como processo social. Estudos sociais da ciência e tecnologia. Relações entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e democracia. Ciência, Tecnologia e Direitos das Comunidades Tradicionais. Meio ambiente e tecnologia. Modelos colaborativos de produção e divulgação científica e tecnológica e propriedade intelectual. Estudos de caso.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de apresentar e discutir as principais correntes de estudos sociais da ciência e tecnologia; problematizar a produção do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações sociais, políticas e econômicas; e analisar estudos de caso em Ciência e Tecnologia.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício. “Dossiê estudos sociais em ciência e tecnologia”. Sociologias, Porto Alegre, n. 26, jan./abr. 2011.</p> <p>BAZZO, Walter A.; PINHEIRO, NILCÉIA A. M.; SILVEIRA, ROSEMARI M. C. F. O contexto científico-tecnológico e social acerca de uma abordagem crítico-reflexiva: perspectiva e enfoque. Revista Iberoamericana de Educación. n.º 49/1, 25 de marzo de 2009. https://rieoei.org/RIE/article/view/2116.</p> <p>DAGNINO, Renato. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência. Campinas: UNICAMP, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>MORIN, Edgar. Ciência com consciência; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.</p> <p>ROSA, Geraldo Antônio da; TREVISAN, Amarildo Luiz. Filosofia da tecnologia e educação: conservação ou crítica inovadora da modernidade? Revista Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 3, p. 719-737, nov. 2016.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>SCHOAB, Vanessa; FREITAS, Carlos C. Garcia; LARA, Luiz Fernando. A Universidade e a Tecnologia Social: análise da aderência. Revista Espacios. Vol 35 (Nº 7) Año 2014.</p> <p>SHINN, Terry; RAGOUE, Pascal. Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica. Rio de Janeiro: 34, 2008.</p>	

Disciplina: Epistemologia das Ciências Sociais	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A construção do objeto epistemológico nas Ciências Sociais. Critério de cientificidade das Ciências Humanas. Contexto de descoberta e contexto de justificação. Explicação, causalidade e confirmação nas Ciências Sociais. A relação entre fato social e teoria social. Explicações teleológicas e causais.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de introduzir os problemas centrais da Teoria do Conhecimento aplicados ao contexto científico das Ciências Sociais, especificamente o processo de justificação do conhecimento, a compreensão da especificidade do conhecimento nas Ciências Humanas, assim como a reflexão sobre as estruturas explanatórias teleológicas e causais.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica BÓGUS, Lucia; WOLFF, S. e CHAIA, Vera (orgs.). Pensamento e teoria nas Ciências Sociais: referências clássicas e contemporâneas. São Paulo: EDUC; CAPES, 2011.</p> <p>IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>HEMPEL, Carl. Filosofia da Ciência Natural. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.</p> <p>KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2010.</p> <p>POPPER, Karl R. Conjecturas e refutações. Brasília, Ed. UNB, 2008.</p> <p>RUDNER, Richard. Filosofia das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.</p>	

Disciplina: Estudos Socioantropológicos da Literatura	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A construção sócio antropológica da literatura: trajetórias e fundamentos. O campo literário e sua interface com a arte, cultura e sociedade. A Crítica literária. Autor, obra, público: práticas, ferramentas e perspectivas contemporâneas.</p>	
<p>Competências: Refletir sobre as formas, estilos, temas e preocupações sócio antropológico do campo literário, e como seus praticantes, elaboraram modos de refletir a sociedade e a cultura.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p> <p>CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2013.</p> <p>CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura século XX. 4ªed.Rio de Janeiro: UFRJ, 2014</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>LUKÁCS, Georg. A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Ed. 34, 2000.</p> <p>MICELI, Sérgio. Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.</p> <p>NORITOMI, Roberto Tadeu. Sociologia, literatura e a crítica dialética. Plural, Sociologia USP, São Paulo, 2: 61-80, 1.sem., 1995.</p> <p>SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Ed. 34, 2000.</p> <p>Zumthor, Paul. A letra e a voz. São Paulo, Companhia das Letras, 2001</p>	

Disciplina: Estudos Socioantropológicos da Religião	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Religião na perspectiva sociológica, conceitos chave e teorias do campo: carisma, sagrado, magia. Religião e modernidade. Sociologia da religião no Brasil. Pesquisa sociológica em religião. A Religião na perspectiva antropológica, conceitos-chaves e teorias no campo: a noção de crença e religião como categorias antropológicas . Religião como sistema cultural. Ação religiosa: rituais, símbolos e tabus. Religiosidades Afro-brasileiras.</p>	
<p>Competências: Esta disciplina possibilitará o aluno a ser capaz de conhecer, a partir de uma abordagem socioantropológica, questões específicas ligadas à esfera da religião, bem como familiarizar os estudantes com os conceitos e teorias fundamentais de ambos os campos.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>BERGER, Peter. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.</p> <p>DURKHEIM, Emile. As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulina, 1989.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A Religião como Sistema Cultural. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ASSAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. São Paulo, vol.19, n.19, p.263-284, Mar/2010.</p> <p>BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia. São Paulo: Cia das Letras, 2001.</p> <p>DOUGLAS, M. Pureza e Perigo. 2.ed., São Paulo: Perspectiva, 2010.</p> <p>LATOUR, Bruno. Sobre o culto moderno dos deuses e fatiches. São Paulo: UNESP, 2021.</p> <p>RABELO, Mirian C. M. Enredos, feituas e modos de cuidados. Salvador-Bahia: Eufba, 2014.</p>	

Disciplina: Estudos Socioantropológicos do Rural	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A construção socioantropológica da construção do rural. O dualismo conceptual e analítico de oposição ao urbano. O mundo rural e os novos sentidos da sociedade brasileira. Campesinato, Movimentos Sociais e a questão agrária. O rural e as interfaces com cidade na contemporaneidade</p>	
<p>Competências: analisar os processos de construção do rural e sua relação dualista e de oposição ao urbano. Identificar processos e práticas de interface do urbano e do rural na contemporaneidade</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS, 1992.</p> <p>MARTINS, José de Sousa. (org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.</p> <p>MEDEIROS, Luciano. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.</p> <p>BLUME, R. Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural. Porto Alegre: FCE, 2004.</p> <p>FOLADORI, Guilherme. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 2001.</p> <p>MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1988.</p> <p>SAUER, Sérgio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p>	

Disciplina: Estudos Socioantropológicos do Urbano	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A construção socioantropológica da construção do urbano. O dualismo conceptual e analítico de oposição ao rural. Cidades: práticas de sociabilidade e modos de vida urbano. O espaço urbano. O urbano e sua interface com o rural no mundo contemporâneo.</p>	
<p>Competências: analisar os processos de construção do urbano e sua relação dualista e de oposição ao rural. Identificar processos e as práticas de interface do urbano e do rural na contemporaneidade.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>FRÚGOLI Jr., Heitor. Sociabilidade urbana. Zahar, 2007.</p> <p>LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>CALDEIRA, Teresa Pires. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.</p> <p>CALVINO, Italo. As Cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das letras, 1990</p> <p>MARTINS, José. de Sousa. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.</p> <p>SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.</p> <p>VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1989.</p>	

Disciplina: Formação Econômica e Social Brasileira	Carga horária: 60h
Ementa: Bases e premissas para formação econômica brasileira: da Colônia à República Velha. As novas configurações econômicas e políticas da sociedade brasileira na contemporaneidade. A formação da nação brasileira. O Estado burguês no Brasil. Economia no Brasil contemporâneo.	
Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de analisar o processo de formação econômica e social da sociedade brasileira, compreendendo a atualidade da economia e das transformações sociais no contexto brasileiro.	
Cenários de Aprendizagem: Esta disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.	
<p>Bibliografia básica</p> <p>FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 33ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional 2004.</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 39ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.</p> <p>Bibliografia básica</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.</p> <p>CARDOSO, Fernando H. Um mundo surpreendente. In: GIAMBIAGI, Fábio & BARROS, Octávio. (Org). Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.</p> <p>MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC/SESC, 2000.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.</p>	

Disciplina: Fundamentos de Estudos Gênero e Diversidade Sexual na Educação	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A construção e o desenvolvimento dos Estudos de Gênero como campo de conhecimento; Teorias feministas contemporâneas com ênfase na interseccionalidade e decolonialidade e suas interfaces com temas relacionados a Educação: “sexualidades”, “corpo”, “poder” e “família”; Gênero e diversidade sexual na educação brasileira.</p>	
<p>Competências: Conhecer os fundamentos dos estudos de gênero, seu desenvolvimento e suas implicações no campo da educação; compreender, a partir da ótica das relações de poder, como gênero e diversidade sexual impactam na educação; desenvolver práticas docentes críticas e reflexivas que rompam com preconceitos e discriminação.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo promovendo a participação efetiva das/os estudantes nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org). Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.</p> <p>LOURO, Guacira Louro. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes; 1997.</p> <p>LOURO, Guacira Louro (Org.). O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>Bibliografia complementar BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org). Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.</p> <p>BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.</p> <p>LINS. Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. Diferentes não desiguais: A Questão De Gênero Na Escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.</p> <p>VIANNA, Claudia. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: Breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.</p>	

Disciplina: História Social do Piauí	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A formação da sociedade brasileira e suas repercussões no Piauí: dinâmicas de conquista e ocupação do território: sertão, região, nordeste. O Piauí e os processos identitários: sujeitos, diversidades e temporalidades: sertanejo, vaqueiro, índio, seca, trabalho, migração. O Piauí na contemporaneidade: diálogos com o Brasil.</p>	
<p>Competências: Analisar como se deu o processo de formação da sociedade brasileira e suas repercussões no Piauí identificando os processos de formação do território, das identidades nos diálogos com o Brasil.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: Esta disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ALENCASTRE, José Martins P. Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí. 4ªed.-Teresina: APL, 2015 (Coleção Centenário).</p> <p>CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). 4ªed.-São Paulo: Martim Claret, 2011(Coleção Obra - prima de cada autor).</p> <p>MOTT, Luiz. R. B. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>CARVALHO, Miguel de. Descrição do Sertão do Piauí (Comentários e notas do Padre Claudio Melo). 2ªed.-Teresina: FUNDAC; APL; DETRAN, 2009 (Coleção Grandes textos).</p> <p>CARVALHO, João Renôr F. de. Resistência indígena no Piauí colonial. Imperatriz: Ética, 2005.</p> <p>LIMA, Solimar Oliveira. Fazenda. Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016</p> <p>SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org). Apontamentos para a História Cultural do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2003.</p> <p>SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. História e Identidade: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010</p>	

Disciplina: Introdução à Economia	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Objeto e método da economia. Moeda e Mercado. Economia capitalista. Acumulação e internacionalização do capital. Estado e Economia. Crescimento econômico e dependência. A economia de mercado, origens e destino da produção. A circulação numa economia de mercado; o setor público; setor financeiro; taxa de câmbio.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de assimilar os principais conceitos e teorias em economia; conhecimentos sobre a moeda e o mercado; debater a economia capitalista e suas consequências: acumulação, internacionalização e dependência.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>BATISTA JÚNIOR, Paulo N. A economia como ela é. São Paulo: Boitempo, 2002.</p> <p>MANKIW, Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.</p> <p>SINGER, Paul. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1991.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>	

Disciplina: Instituições Políticas Brasileiras	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A redemocratização brasileira. As instituições políticas e Constituição de 1988. Federalismo, sistema eleitoral e partidário. O presidencialismo de coalizção: as relações entre os poderes Executivo e Legislativo. A judicialização da política. Governabilidade, representação e reforma política.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de compreender e analisar o as instituições políticas brasileiras, apoiando-se nos estudiosos contemporâneos da Ciência Política.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizção: o dilema institucional brasileiro. Dados, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-38.</p> <p>AMES, B. Os Entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.</p> <p>ARANTES, R. B. Constituição, governo e democracia no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 61, 2006, p. 41-62.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.</p> <p>FIGUEIREDO, E.; LIMONGI, F. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. 2ª ed. Rio de Janeiro:FGV, 1999.</p> <p>VIANNA, L. W. (Org.). Democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2002.</p> <p>SANTOS, W. G. dos. O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.</p> <p>SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Revista de Sociologia e Política, nº 24, 2005,pp.105-121.</p>	

Disciplina: Propriedade Intelectual e Ciências Sociais	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Regime de propriedade intelectual: aspectos jurídicos, históricos e sociais. Regime de propriedade intelectual, globalização e relações internacionais. Cercamentos, monopólios e privatização da vida e da cultura. Conhecimentos tradicionais, patrimônio cultural e propriedade intelectual. Saúde, direitos humanos e propriedade intelectual. Ciência, cultura, tecnologia e propriedade intelectual. Ativismo digital e mobilização transnacional.</p>	
<p>Competências: : Ao final da disciplina o aluno será capaz de compreender e analisar o sociologicamente o regime de propriedade intelectual.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>DUPAS, Gilberto. Propriedade intelectual, tensões entre o capital e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>LEAL, Ondina Fachel; SOUZA, Rebeca Hennemann Vergara de (orgs.). Do regime de propriedade intelectual: estudos antropológicos. Porto Alegre: Tomo, 2010.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito autoral. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.</p> <p>BASSO, Maristela. Propriedade intelectual, Legislação e Tratados Internacionais. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.</p> <p>CASTELLS, M. O poder da identidade. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.</p> <p>WACHOWICZ, Marcos. Propriedade Intelectual. Curitiba: Juruá, 2010.</p>	

Disciplina: Sociologia do Crime e Violência Urbana	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Fenômenos Sociais. Processos de socialização e exclusão social. Crimes da cidade contemporânea. Políticas de segurança pública. Violência urbana: fatores e políticas públicas.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de conceituar Sociologia da criminalidade, destacar os conceitos, teorias e aspectos centrais relacionados a sociologia da criminalidade e da violência urbana, além de conhecer a política pública para a segurança.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. Revista USP. São Paulo, 21: 133-51. Mar./mai. 1994.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1977.</p> <p>VELHO, G. & Alvito, M., orgs. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>BARREIRA, César. Crimes por Encomenda: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1998.</p> <p>DIAS, Antonio Francisco Lopes, MIRANDA, José da Cruz Bispo de (Orgs). Educação, Violência e Formação Policial. Curitiba: Editora CRV, 2012.</p> <p>GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.</p> <p>MIRANDA, José da Cruz Bispo de. Da Academia a Rua. Aspectos da formação do policial civil. Porto Alegre: Armazem Digital, 2009.</p> <p>VELOSO. João Paulo dos Reis (Coordenador) et. Al. Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1994.</p>	

Disciplina: Sociologia Urbana	Carga horária: 60h
<p>Ementa: Urbanização como processo. Organização da cidade; crescimento demográfico; migrações. A urbanização em países dependentes. Problemas das cidades contemporâneas.</p>	
<p>Competências: Ao final da disciplina o aluno será capaz de compreender a complexidade do processo de urbanização, e como isto afeta a organização do espaço urbano através das cidades, além de entender os problemas da cidade contemporânea.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: A disciplina será desenvolvida de modo interativo com os atores da sala de aula, de forma que haja uma participação efetiva dos alunos nas atividades a serem desenvolvidas, tais como: aulas expositivas dialogadas, debate e discussão dos textos, produção textual, seminários temáticos, filmes, aula de campo, dentre outras.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>EUFRASIO, M. A. Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Curso de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.</p> <p>HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola, 1999, (cap. 17, parte III e introdução).</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>MARICATO, E., Metrópole na periferia do Capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência. Estudos Urbanos 10, São Paulo: Hucitec, 1996.</p> <p>SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hicitec, 1996.</p> <p>SANTOS, M., Metrópole Corporativa Fragmentada: O Caso de São Paulo. São Paulo (SP): Nobel, 1990.</p> <p>VELHO, O.G. (org.). O fenômeno urbano, Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1994.</p> <p>VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.</p>	

Disciplina: Sociologia da Juventude	Carga horária: 60h
<p>Ementa: A construção social da categoria juventude e seus significados. Análise das diversas concepções, representações e imagens da juventude. As juventudes pensadas a partir dos desafios da sociedade moderna. Juventudes e participação política. Cultura juvenil e modos de sociabilidade. Juventudes, educação e trabalho. O papel das juventudes na sociedade contemporânea.</p>	
<p>Competências: : Ao final da disciplina o aluno será capaz de compreender e analisar o sociologicamente a juventude e o seu papel na vida contemporânea.</p>	
<p>Cenários de Aprendizagem: O cenário será orientado por mediação colaborativa docente na aula (presencial ou não presencial), de forma a permitir uma participação efetiva dos discentes na aula e demais atividades propostas tais como: leitura, debate, discussão compartilhada por estudo dirigido dos textos e demais materiais escrito ou audiovisual; produção textual; seminários temáticos, visitas, dentre outras que resultem em efetiva colaboração de aprendizagens.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>ABRAMOVAY, Miriam. Gangues, Galeras, Chegados e Rappers. Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p> <p>CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (orgs.). Narrativas juvenis e espaços públicos. Olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais. Niterói: Editora da UFF, 2014.</p> <p>GROPPO, Luís Antonio. Juventudes: sociologia, cultura e movimentos. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ALMEIDA, Maria Isabel; EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra <i>In:</i> BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2019.</p> <p>COSTA, Márcia R. da & SILVA, Elizabeth M. da (orgs.). Sociabilidade juvenil e cultura urbana. São Paulo: Educ, 2006.</p> <p>PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.</p> <p>WEISHEIMER, Nilson. Sociologia da juventude. Curitiba: InterSaberes, 2013.</p>	

7 METODOLOGIA

A proposta metodológica definida, para o curso de Licenciatura da UESPI considera os seguintes parâmetros para o ensinar e o aprender:

- promoção da articulação entre a teoria e a prática;
- aproximação entre o conhecimento, o aluno, a realidade e o mundo do trabalho onde ele se insere;
- apropriação de competências duráveis sob a forma de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes gerais e específicas alinhadas ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- transposição do conhecimento para as variadas situações da vida e da prática profissional.

Levando em consideração estes pressupostos, as atividades acadêmicas do curso de Licenciatura em Ciências Sociais são desenvolvidas com enfoque que se articula com os contextos profissional e social e privilegia a interdisciplinaridade.

A proposta metodológica de ensino está centrada nos princípios pedagógicos do fazer e aprender, determinando a utilização de estratégias, atividades e tecnologias da informação que permitam ao aluno mobilizar, articular e colocar em ação os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho.

7.1 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado, com regulamento próprio, é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, com suas diferentes modalidades de operacionalização em obediência às especificidades do curso.

O Estágio é realizado em instituições conveniadas e está estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho de curso. É exigida a supervisão das atividades e a elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação do Curso, para a avaliação pertinente.

O estágio obrigatório é composto de conteúdos ministrados/acompanhados de forma prática, contido nas disciplinas Estágio I e Estágio II.

As atividades do Estágio Supervisionado II são desenvolvidas no espaço da sala de aula sob a supervisão do professor regente. Para isso, 20h/a iniciais serão para conteúdos formativos ministrados pelo/a docente da disciplina Estágio Supervisionado II. Estes conteúdos objetivam propiciar formação referente às condições de trabalho docente e à situação de sala de aula. Após este período, o discente e supervisor/a local desenvolvem o planejamento do conteúdo e a didática que serão desenvolvidos no ambiente da sala de aula. Por fim, o discente, sob a regência do/a supervisor/a local é inserido em sala de aula para o exercício da docência. Nestes períodos, o discente é acompanhado pelo/a supervisor/a pelo/a docente da disciplina de Estágio, ao final o/a supervisor/a local avaliará o desempenho do discente sob sua supervisão.

A fundamentação legal para o Estágio é a Lei Federal nº 11788/2008, a qual afirma, em seu inciso segundo: “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.” Ainda, A Resolução CEPEX nº 004/2021, no âmbito da Universidade Estadual do Piauí.

7.2 Atividades complementares

As atividades complementares do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI valorizam conhecimentos básicos nos eixos das ciências sociais e humanas, incentivando a realização de atividade extracurricular e científico-culturais na formação do sociólogo. Possui Regulamento próprio que prioriza a diversidade de atividade e as formas de aproveitamento.

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

As atividades complementares, são realizadas mediante a programação de cursos, seminários e atividades de orientação a população, inserindo-se na realidade socioeducacional do Piauí, uma vez que o curso enfoca o atendimento à cidade de Teresina e regiões circunvizinhas. A organização curricular do curso de graduação em Ciências Sociais da UESPI cria as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico seriado semestral em conformidade com a Resolução N° 002/2021, e resolução CNE/CES 002/19).

7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é realizado através da transmissão de conteúdos teóricos para orientação técnica sobre metodologia da pesquisa, a secundar a elaboração de projetos de pesquisa, bem como através de acompanhamento e orientação durante a elaboração, não apenas do projeto, como também do TCC em suas diversas modalidades. Conforme a Resolução CEPEX N° 003/2021 em seu artigo 1, o TCC pode ser desenvolvido na forma de Monografia, Artigo, ou Relatório Técnico-Científico.

Art. 1º - Aprovar as normas do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que vem a ser um componente curricular obrigatório formado por um grupo de disciplinas, envolvendo desde a produção do projeto de pesquisa até a conclusão do TCC; e que tem por objetivo o desenvolvimento de um trabalho acadêmico e científico realizado pelo discente, individualmente ou em dupla, apresentado na forma de Monografia, Artigo ou Relatório Técnico-Científico.

§ 1º - Cada curso de graduação definirá, no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, as modalidades de TCC, conforme a natureza e o perfil do profissional que se pretende formar.

§ 2º - A elaboração do TCC implica rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência e para a sociedade.

§ 3º - Em qualquer das modalidades de TCC, mencionadas no caput deste artigo, a estrutura formal deve seguir os critérios estabelecidos no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UESPI,

disponibilizado pela Biblioteca Central desta Instituição de Ensino Superior, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e/ou as diretrizes especificadas nos PPC dos Cursos.

A apresentação do TCC, é regulamentada e institucionalizada e tem por objetivo o exercício pedagógico concentrado para que o aluno exiba suas habilidades e competências obtidas ao longo de sua formação, além da contribuição confiável e relevante à comunidade científica, com propostas alternativas, primando pelo ineditismo no questionamento e no avanço dos estudos das Ciências Sociais.

No curso de Licenciatura em Ciências Sociais os alunos podem optar por 4 (quatro) modalidades distintas do TCC: Monografia, Artigo Científico, Memorial/Relato de Experiências Pedagógicas e Produto/Recurso Pedagógico voltado para as Ciências Sociais.

- Monografia: documento que apresenta o resultado de um estudo realizado pelo aluno sobre um tema escolhido dentro do escopo das Ciências Sociais, preferencialmente relacionado à educação, estabelecendo a partir dele um problema de pesquisa a ser respondido. O discente pode optar entre uma monografia que inclua pesquisa empírica, ou uma monografia cuja pesquisa seja voltada estritamente à revisão de literatura. Número de páginas recomendado: de 40 a 70.
- Artigo Científico: versão reduzida da monografia, apresentando o resultado de um estudo realizado pelo aluno sobre um tema escolhido dentro do escopo das Ciências Sociais, preferencialmente relacionado à educação, estabelecendo a partir dele um problema de pesquisa a ser respondido. O discente pode optar entre um artigo que inclua pesquisa empírica, ou um artigo cuja pesquisa seja voltada estritamente à revisão de literatura. Número de páginas recomendado: de 15 a 25.
- Memorial/relato de experiências pedagógicas: documento abordando experiências pedagógicas significativas do discente, vivenciadas em projetos de ensino, pesquisa e extensão, a partir da escolha de uma situação-problema, estabelecendo os objetivos didático-pedagógicos que se pretende alcançar por meio da reflexão realizada acerca dessa situação, e as conclusões a que se chegou a partir desse exercício. Número de páginas recomendado: de 15 a 25.

- Produto/recurso pedagógico voltado para as Ciências Sociais: produção de recurso pedagógico voltado ao ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio. Juntamente ao produto, deve-se incluir documento explicando a situação-problema que o recurso busca sanar, os objetivos didático-pedagógicos que se busca alcançar com esse recurso, e as formas por meio das quais ele pode/deve ser utilizado no ensino de Ciências Sociais. Número de páginas recomendado: de 10 a 20.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso, estabelece ainda, a cada semestre, regras complementares de operacionalização do TCC, visando o disciplinamento de prazos de elaboração e entrega dos trabalhos destinados.

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório no curso e é desenvolvido sob a orientação de professor efetivo, alinhado às linhas de pesquisas institucionais.

7.5 Atividades de Curricularização da Extensão

As atividades de curricularização da extensão, correspondem a 360 h e serão realizadas a partir do bloco I até o bloco VI, com oferta de projetos e programas de extensão, prestação de serviços, oficinas e eventos, semestralmente, possibilitando ao aluno chegar ao bloco VI com a carga horária cumprida.

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e cita:

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e

avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

Art. 16 As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

As atividades curriculares de extensão, serão realizadas seguindo as recomendações da Resolução CEPEX Nº 034/2020. Sobretudo, respeitando a definição clara do que é entendido como atividade extensionista e os seus objetivos.

Art. 5º Para os fins desta resolução, a extensão universitária é considerada expressão do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, ambiental e político que promove a interação transformadora entre a UESPI e demais setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo Único. São consideradas Atividades Curriculares de Extensão as ações desenvolvidas pelos discentes, vinculadas à sua formação e que envolvam diretamente as comunidades externas à UESPI, nos termos desta Resolução e conforme critérios estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação.

No Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, as ACE estão organizadas no formato de seis disciplinas integradoras com carga horária de 60 horas/aula cada a serem ofertadas do bloco I ao bloco VI.

7.5 Prática como Componente Curricular

A discussão da prática como um componente curricular vai se construir na prática desenvolvida pelos agentes sociais, presentes nas instituições educacionais, ao colocar o currículo pretendido em ação, constituindo-se, portanto, em uma construção histórica.

De acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Art. 11º, inciso III, alínea b, os cursos de licenciatura devem ter no mínimo 400 horas de Prática como componente Curricular.

Faz-se necessário, entender que a Prática Como Componente Curricular visando a formação do professor não se restringe apenas na discussão entre a teoria e a prática, conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP 02/2019 em seu Art. 15, parágrafo 5, as práticas “consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor”. O mesmo artigo destaca ainda que:

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

O Parecer reforça a ideia de prática como componente curricular sendo uma concepção de prática mais que como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

Assim, dentro da Matriz Curricular do Curso de Ciências Sociais, a Prática como Componente Curricular aparece distribuída da seguinte maneira:

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	Teoria/Prática	PCC	
Métodos e Técnicas de Pesquisa	60 H	30 H	90 H
Antropologia III	60 H	30 H	90 H
Sociologia III	60 H	30 H	90 H
Ciência Política III	60 H	30 H	90 H
Tópico Avançado I	30 H	30 H	60 H
Tópico Avançado II	30 H	30 H	60 H
Ensino de Sociologia	30 H	30 H	60 H
Cultura Negra e Indígena	60 H	30 H	90 H
Prática de Pesquisa II	50 H	10 H	60 H
Ensino de Antropologia	30 H	30 H	60 H
Tópico Avançado III	30 H	30 H	60 H
Prática de Pesquisa III	0 H	60 H	60 H
Ensino de Ciência Política	30 H	30 H	60 H
CARGA HORÁRIA TOTAL	530 H	400H	930 H

8 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Em nosso curso é indissociável o tripé ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa deve estar vinculada à prática pedagógica e à extensão, respeitando a pluralidade de perspectivas teóricas, de experiências formativas, de interesses de pesquisas e o compromisso social da instituição.

A integração ensino, pesquisa e extensão pressupõe a participação de discentes e docentes nas atividades formativas no planejamento, execução e avaliação. Os núcleos de pesquisa, o NDE e o Colegiado do Curso assumem papel essencial para o desenvolvimento de atividades que sejam integradas e fundamentadas na proposta deste PPC.

Como mecanismo para possibilitar a expansão de temáticas, de pesquisas e trocas formativas, os NDEs de Licenciatura em Ciências Sociais de Parnaíba e de Teresina assumem o compromisso neste PPC de desenvolvimento de trabalhos conjuntos na pesquisa, na extensão e no desenvolvimento de eventos.

8.1 Política de Ensino no âmbito do curso

Tomando por referência a política de ensino constante no PDI da UESPI e a política educacional brasileira, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais elege como prioritária a formação profissional decorrente das demandas sociais regionais e das necessidades do mercado de trabalho.

Dessa articulação, resulta a percepção de que as dimensões social, ética, cultural, tecnológica e profissional, propiciam o desenvolvimento do ensino no âmbito do curso privilegiando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, imprimindo um significado universal às competências desenvolvidas, pressupondo:

- a análise dos impactos sociais, políticos e culturais na conformação e continuidade das diferentes espécies de vida em função das condições em que se dá a ocupação dos espaços físicos, levando à compreensão da complexa relação homem-meio ambiente;
- a aplicação das inovações tecnológicas, entendendo-as no contexto dos processos de produção e de desenvolvimento da vida social e do conhecimento;

- a atenção para os interesses sociais, sobretudo, no que diz respeito à constituição da vida cidadã, através do acompanhamento das contínuas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais regionais e globais.

-

Desses pressupostos resulta claro que a estruturação e o desenvolvimento do ensino no curso elegem como eixo curricular a consolidação da formação técnico-profissional, voltando-se o ensino para:

- o desenvolvimento de competências - valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população;
- a integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção;
- a constituição do *ser* pessoa, cidadão e profissional.

Sob a ótica da organização didática do curso de Ciências Sociais, prioriza-se:

- a articulação teoria/prática ao longo do curso, constituindo a possibilidade do fazer e aprender;
- a interdisciplinaridade, promovendo um constante diálogo entre as várias áreas do conhecimento e permitindo estabelecer relações, identificar contradições e compreender a realidade na perspectiva de uma nova divisão social e técnica do trabalho;
- a diversificação e flexibilidade do currículo, das atividades acadêmicas e da oferta, articuladas à autonomia e mediadas por um processo de avaliação e de atendimento às diferenças;
- a formação integrada à realidade, trazendo para o aluno a educação continuada como expressão da permanente atitude de curiosidade diante dos fatos e fenômenos.

8.2 Política de Extensão no âmbito do curso

A UESPI mantém atividades de extensão indissociáveis do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos. São consideradas atividades de extensão:

- I- Eventos culturais, técnicos e científicos;
- II - Cursos de extensão;
- III - Projetos de atendimento à comunidade;
- IV - Assessorias e consultorias; e
- V - Publicações de interesse acadêmico e cultural.

À Pró-Reitora de Extensão cabe manter, por meio das Coordenadorias de Cursos, o registro de dados e informações sobre as atividades de extensão.

A política de extensão no âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Sociais é considerada por meio de ações voltadas para a sociedade, compreendendo um número diversificado de atividades que possibilitem ao aluno ampliar o processo educativo para ações que vão além dos muros da Universidade, estimulando o estudante a ser agente na produção do conhecimento.

As atividades de extensão envolvem serviços prestados à comunidade, estabelecendo uma relação de troca e uma forma de comunicação entre a faculdade e a sociedade. São atividades que ocorrem integradas às atividades de ensino e de pesquisa. A extensão está vinculada a desenvolver possibilidades de integração entre os conteúdos das disciplinas e atividades extraclasse.

8.3 Política de Pesquisa e Iniciação Científica

A UESPI compreende que o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão deva se realizar de forma articulada, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural, posicionando-se também como orientação e suporte às atividades de ensino e de extensão.

A UESPI elegeu como princípio para a implementação da pesquisa o estreitamento das relações da comunidade acadêmica com os processos da investigação científica, objetivando buscar respostas aos problemas da realidade na

perspectiva da transformação social. Essa compreensão é necessária para a construção do conhecimento no âmbito dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UESPI.

A construção do conhecimento valorizado pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da IES é garantida pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UESPI, tendo como diretriz a iniciação científica o mais precocemente possível, quando os alunos iniciam a aproximação com os conhecimentos sobre a pesquisa, culminando, quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que, preferencialmente, devem ser vinculados às linhas de pesquisa institucionais.

Os alunos da UESPI são formados para pensar além das suas vidas cotidianas, considerando que o conhecimento científico proporciona um embasamento para refletir sobre as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade, influenciando em suas decisões e auxiliando na construção de sua identidade profissional.

A UESPI define suas linhas de pesquisa (revistas periodicamente) que, institucionalmente, direcionam e orientam os projetos/trabalhos de pesquisa, assim como toda a produção científica, incluindo os trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso de graduação que, em geral, devem inserir-se, preferencialmente, nessas linhas de pesquisa.

A formatação da Pesquisa Institucional, com projetos propostos por professores pesquisadores integrantes dos grupos de pesquisa da UESPI, se dá através de sua aprovação pelo colegiado de curso e financiamento pela Instituição, em conformidade com o Edital da Pesquisa.

As ações de pesquisa são divulgadas através do referido edital anual, o qual regulamenta as etapas da concorrência, tais como inscrição e análise de projetos. O acompanhamento das ações realizadas ao longo dos projetos é feito por meio de relatórios parciais e finais entregues à PROP. O Comitê Interno de Pesquisa, formado por docentes do quadro efetivo, mestres e doutores de diversas áreas, é responsável pela seleção de projetos e bolsistas, feita de acordo com as normas publicadas em edital.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos na UESPI são apresentados à Diretoria, através das Coordenadorias de Curso, para análise de viabilidade e da relevância do tema, oportunidade em que é levada em consideração a integração com as linhas de

pesquisa definidas pela Instituição como prioritárias, denominadas Linhas de Pesquisa Institucionais.

Neste contexto a Coordenação de Pesquisa da UESPI objetiva coordenar, supervisionar, desenvolver e consubstanciar ações constantes no plano de atividades de pesquisa da UESPI e do Estado do Piauí, com vistas a melhorar sua operacionalização; propiciar a docentes e discentes condições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, oferecendo subsídios técnicos e orientação na elaboração de projetos; articulação com órgãos nacionais e estrangeiros de pesquisa e fomento, objetivando o intercâmbio de recursos humanos e materiais para implantação de Programa e projetos; manter cadastro de instituições científicas financiadoras e divulgar as pesquisas desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da UESPI.

A UESPI, através de sua Coordenação de Pesquisa, visa ainda:

- Estimular a produção do conhecimento científico, cultural e a inovação tecnológica;
- Fortalecer os grupos de pesquisa e estimular a formação de novos grupos;
- Contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, estimulado ainda a pesquisa básica;
- Ampliar a captação de recursos buscando o financiamento e subsídio para pesquisa;
- Fortalecer a relação entre a UESPI e as agências de fomento para ampliar o desenvolvimento da pesquisa;
- Estimular a formação de parcerias público-privadas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa;
- Acompanhar e qualificar os projetos através da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;

Para tanto, destacam-se as ações:

- Estimular a capacitação de docentes pesquisadores.

- Promover condições para o desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas nas diferentes áreas do conhecimento humano.
- Aprimorar e desenvolver os Programas de Iniciação Científica, buscando fomento interno e externo para pagamento de bolsas.
- Estimular grupos de pesquisa emergentes.
- Incentivar a formação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).
- Estimular a interação entre pesquisadores de áreas de conhecimento afins para que desenvolvam Programa e iniciativas de pesquisas multidisciplinares.
- Criar, estruturar e manter laboratórios multiusuários, permitindo a interação entre pesquisadores de áreas afins.
- Estimular a participação dos docentes em intercâmbios de outras universidades e em Programa de pós-doutoramento.
- Estimular e aprimorar mecanismos de apoio à pesquisa científica.
- Estimular a publicação de pesquisas em publicações nacionais e estrangeiras.
- Incentivar a coordenação e participação em projetos temáticos e multidisciplinares.
- Incentivar a participação de pesquisadores em projetos que visem a captação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI.
- Construção de apoio direto através de editais de fomento à pesquisa.

Para fomentar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da UESPI, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Negociações para ampliação dos Programas de capacitação científica e tecnológica, que atualmente remota aos Programas vinculados CNPq sendo eles: o PIBIC/ CNPq, que oferta 53 bolsas anuais; PIBIC/ CNPq/ ações afirmativas, com 10 bolsas, e PIBIC/ UESPI, que oferta 100 bolsas anuais.
- Realização anual do Simpósio de Produção Científica da UESPI e Seminário de Iniciação Científica, evento registrado no calendário acadêmico da instituição e que conta com a participação de todas as áreas

de pesquisa da Instituição e permite que ocorra intensa divulgação das pesquisas que são realizadas pelos docentes e discentes. Os trabalhos apresentados no Simpósio resultam em uma publicação digital na forma de livro de resumos (Anais).

- Oferta aos professores de incentivos como: bolsas de estudos para programas de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento; auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais; cursos de treinamento e atualização profissional; e divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente;
- Articulação de parcerias de cooperação interinstitucional, considerando a necessidade de pesquisa e publicação, a qualificação de pessoal e o intercâmbio científico-cultural, através: do intercâmbio de pesquisadores e de professores; da organização de cursos, conferências, seminários e outras atividades de caráter acadêmico e científico; do intercâmbio de informação e de publicações pertinentes para os objetivos estabelecidos;
- Implementação e execução do Plano de Capacitação Docente, na busca de promover a qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão da UESPI, por meio de cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional, oportunizando aos seus professores e pessoal técnico-administrativo condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A gestão e organização das pesquisas desenvolvidas são realizadas a partir: do planejamento institucional anual de trabalho; dos editais de pesquisa e de iniciação científica; de critérios e rotinas para os trâmites relacionados à formação, cadastro e certificação dos grupos de pesquisa; e dos seminários mobilizadores e organizadores de todo o processo.

9 POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE

9.1 Programa de Acompanhamento Discente

A UESPI por meio do Curso de Computação disponibiliza um conjunto de ações que visam o aperfeiçoamento do aluno no ambiente acadêmico. Dentre os quais destacam-se:

- Capacitação dos alunos em atividades pertinentes à sua área de formação por meio de palestras e minicursos;
- Acompanhamento de atividades ligadas à vida acadêmica, tal como matrícula, trancamento, reintegração, transferência, dispensa de disciplinas, entre outras;
- Acompanhamento do rendimento acadêmico dos discentes de graduação, especialmente dos alunos beneficiados pelo Programa de Auxílios;
- Organização de ações de acolhimento aos alunos e divulgação da Assistência Estudantil, no que tange às atividades do curso;
- Desenvolvimento de projetos de extensão, que tenham como público alvo os discentes;
- Promoção da participação discente em órgãos colegiados, comissões, reuniões, grupos de trabalho, pesquisa e eventos relacionados às atividades desenvolvidas pelo curso.

A UESPI disponibiliza para os alunos o portal Aluno On-line, projetado para viabilizar, agregar e distribuir conteúdo de maneira uniforme com acesso via internet.

O Aluno On-line possui ferramentas e prestação de serviços de fácil manuseio e de comunicação eficaz, contemplando:

- Matrícula On-line;
- Plano de ensino das disciplinas;
- Diário eletrônico;
- Quadro de horário das aulas;

- Relação de professores;
- Histórico do aluno; e
- Emissão de declaração.

No portal da UESPI (<http://www.uespi.br/site>), pode-se encontrar as Normas e Regulamentos que norteiam as ações da IES, tais como:

1. Regimento Geral da UESPI;
2. Resoluções diversas;
3. Manual do aluno;
4. Editais diversos;
5. Calendário Acadêmico;
6. Regulamento dos laboratórios;
7. Formulário de requerimentos.

Por se tratar de componente da política de avaliação da educação superior, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) recebe atenção do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais por meio de ações de nivelamento e acompanhamento sobre os conteúdos aos alunos que se submetem a este processo. A proposta é planejada, desenvolvida e operacionalizada de acordo com o ciclo avaliativo do curso.

9.2 Monitoria de ensino

A Monitoria na execução de um projeto elaborado pelo professor responsável, envolvendo atividades de caráter pedagógico a serem desenvolvidas pelo monitor com estudantes de determinada disciplina, visando à valorização da participação do aluno em atividades teórico - práticas, ao desenvolvimento de habilidades relacionada a atividades docentes, bem como à superação de dificuldades de aprendizado. Dessa forma,

A monitoria é um programa que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação da UESPI tem como finalidade estimular a produção intelectual e científica, contribuindo para o

despertar do interesse do aluno na atividade docente, através do aproveitamento do conteúdo obtido em sua formação acadêmica.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor, podendo ser remunerada ou de caráter voluntário, conforme disponibilidade de vagas.

Conforme a Resolução CEPEX Nº 005/2020 em seu artigo 3 são considerados objetivos da monitoria:

- I. Oportunizar ao aluno desenvolver habilidades inerentes à carreira docente;
- II. Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na disciplina em que está sendo monitor;
- III. Propiciar ao aluno experiências de coparticipação no planejamento e organização das atividades docentes da disciplina objeto da monitoria;
- IV. Oferecer oportunidades de cooperação entre o corpo discente e docente, nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V. Promover a melhoria do ensino de graduação, por meio de novas práticas e experiências pedagógicas, assegurando uma formação profissional mais competente.

9.3 Programa de Nivelamento

A UESPI implantará um Programa de Nivelamento apoiado nas ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs fomentadas pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD. Esse Programa tem previsão de implantação para a capacitação nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

A UESPI entende que um programa de nivelamento deve ser compromissado com a realidade social, deve compreender as relações entre o nivelamento dos conceitos básicos para que o discente possa ter um bom desempenho acadêmico e deve levar em consideração o atual processo de ensino-aprendizagem vislumbrado em nosso país, além de educação superior de qualidade.

Assim, consideramos fundamental uma revisão dos esquemas tradicionais implementados ao ensino, em detrimento da formação de profissionais com competência técnica e politicamente comprometida com os problemas sociais. Essa

reorientação metodológica também se faz necessária diante do atual contexto histórico social, econômico e cultural brasileiro.

A partir dessa postura reflexiva, buscaram-se oportunidades para que o ensino se redirecione, desvinculando-se de uma perspectiva tradicional, orientando-se para uma prática interdisciplinar na formação de uma comunidade engajada na solução de suas dificuldades de aprendizagem.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais prevê a implantação de cursos para nivelamento dos discentes ingressantes (Bloco 1) nas áreas prioritárias de Matemática e Língua Portuguesa, dentre outras, dependendo da necessidade vigente, sendo ofertado como Curso de Extensão, computado como AACC.

O objetivo geral do programa de nivelamento é oferecer a oportunidade aos alunos de participarem de revisões de conteúdos das disciplinas fundamentais do ensino médio e das disciplinas cursadas em semestres anteriores no curso. Os objetivos específicos são:

- a) Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- b) possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- c) revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

Salientamos que não basta agregar o nivelamento às ações de ensino dos cursos de graduação da UESPI: é necessária a sedimentação do processo de nivelamento como articulador entre o ensino, a extensão e a comunidade acadêmica.

9.4 Regime de Atendimento Domiciliar

De acordo com o Regimento Geral da UESPI, o Regime de Atendimento Domiciliar poderá ser concedido ao aluno regularmente matriculado, sendo caracterizado pela execução, pelo discente, em seu domicílio, de atividades prescritas e orientadas. A partir da consolidação do Núcleo de Educação a Distância da UESPI, esse atendimento deverá ocorrer preferencialmente no AVA-MOODLE UESPI.

9.5 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPPS)

Para mediação de situações conflitantes entre alunos e professores, alunos e alunos, a UESPI mantém o NAPPS articulado com as coordenações de curso e com as Direções de *Campi* da IES. No CCS o NAPPS está estruturado de forma a atender os Campus Poeta Torquato Neto e Clóvis Moura. É constituído por uma secretária, uma Psicóloga e uma Psicopedagoga.

9.6 Ouvidoria

A UESPI mantém em funcionamento permanente a Ouvidoria *online*. O aluno possui a funcionalidade de acessar a ouvidoria pelo aluno *online* e sugerir, criticar, elogiar, enfim opinar sobre as questões pertinentes possuindo, assim, mais uma forma de apoio dentro da IES.

9.7 Auxílio Moradia e Alimentação

A Política de Assistência Estudantil na UESPI, contribui para redução da evasão e incentivo à permanência de alunos nos cursos de graduação, disponibilizando auxílio financeiro por meio de programas específicos, atendendo em especial os nossos estudantes mais carentes. Os principais programas implantados na UESPI são:

- **Bolsa-Trabalho:** oferece aos discentes, a oportunidade de complementação de recursos financeiros para permanência na UESPI, possibilita experiência profissional e contribui para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética no serviço público.
- **Auxílio-Moradia:** complementação financeira para suprir despesas com moradia aos discentes que residem em município diferente daqueles em que estão matriculados
- **Auxílio-transporte:** possibilita aos discentes selecionados que residem em outro município ou localidade (zona rural), aquisição de complementação

financeira para custear despesas com deslocamento diário até a cidade em que estão regularmente matriculados.

- **Auxílio-Alimentação:** tem como objetivo prover uma refeição diária durante todo o Período Letivo ao discente que comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, a UESPI mantém convênios com diversas instituições e empresas públicas e privadas, possibilitando a realização de estágios extracurriculares, como forma de melhorar a formação acadêmica de nossos estudantes e contribuir com sua inserção no mercado de trabalho.

10 CORPO DOCENTE E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

10.1 Professores: disciplinas, titulação e regime de trabalho

Relaciona-se no Quadro 02, em ordem alfabética, o corpo docente do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI, com as respectivas titulações, responsabilidades por disciplinas e regime de trabalho.

Quadro 02: corpo docente do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI

Nome do Docente/CPF	Formação	Titulação	Reg. de Trabalho	Disciplinas
Alvino Rodrigues de Carvalho CPF: 030.505.616-61	Ciências Sociais	Mestre	DE	- Iniciação à Ciência Política. - Educação e Movimentos Sociais. - Ciência Política II. - Métodos e Técnicas de Pesquisa. - Ensino de Ciência Política.
Ana Maria Bezerra do Nascimento CPF: 293.875.613-00	Ciências Sociais	Doutora	DE	- Iniciação à Sociologia. - Sociologia II. - Estágio I. - Pensamento Social Brasileiro - Sociologia Brasileira.
Bruno Mello Souza CPF: 010.334.130-70	Ciências Sociais	Doutor	DE	- Política I. - Métodos e Técnicas de Pesquisa. - Política Brasileira. - Política II. - Prática de Pesquisa.
José da Cruz Bispo de Miranda CPF: 305.394.393-04	Ciências Sociais	Doutor	DE	- Iniciação à Antropologia. - Antropologia II. - Cultura Negra e Indígena. - Ensino de Antropologia. - Prática de Pesquisa.
Luciano de Melo Sousa CPF: 395.727.813-91	Ciências Sociais	Doutor	DE	- Sociologia I. - Sociologia III. - Metodologia do Ensino de Ciências Sociais. - Cultura e Processos Identitários. Ensino de Sociologia.
Marcelo Reges Pereira	Ciências	Mestre	40h	-Antropologia I.

CPF: 826.854.361-20	Sociais			- Antropologia III. - Fundamentos Antropológicos da Educação. - Antropologia Brasileira. - Prática de Pesquisa.
Roberto Alvares Rocha CPF: 462.597.673-15	Ciências Sociais	Mestre	DE	- Iniciação à Ciência Política. - Política I. - Política II. - Política III - Prática de Pesquisa. - Ensino de Ciência Política.

10.2 Política de Apoio ao Docente

10.2.1 Plano de Carreira Docente

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Superior da UESPI, aprovado pela Lei Complementar N^o 124/2009, disciplina o ingresso, a progressão funcional, a política de qualificação e remuneração da carreira docente, os direitos, deveres e obrigações dos docentes, estando devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do dia 01 de julho de 2009.

A contratação do pessoal docente é feita mediante Concurso Público a partir da comprovação de necessidade pela UESPI e autorizada pelo Governo do Estado do Piauí, respeitada a legislação vigente, sendo seu enquadramento funcional realizado conforme previsto na referida Lei.

De acordo com a Resolução CEPEX N^o 006/2015, o pessoal docente da UESPI está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:

- I. TP 20 - Tempo Parcial 20H - docentes contratados com vinte horas semanais de trabalho, na UESPI, nelas reservado o tempo de 10 horas semanais destinadas a regência de sala de aula, sendo as demais 10h destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos;
- II. TI 40 - Tempo Integral 40H - docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho na UESPI, nelas reservado o tempo de 12 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 12 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos.

As demais 16 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

- III. DE - Regime de Dedicção Exclusiva 40H – docentes contratados com quarenta horas semanais de trabalho exclusivo na UESPI, nelas reservado o tempo de 16 horas semanais destinadas a regência de sala de aula e mais 16 horas destinadas a Atividades Acadêmicas de estudos, gestão, planejamento e avaliação de alunos. As demais 8 horas serão utilizadas para trabalhos administrativos, de pesquisa e de extensão.

10.2.2 Plano de capacitação docente

O Plano de Capacitação Docente da UESPI busca promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão dos cursos da IES, por meio de:

- cursos de pós-graduação, de treinamento e de atualização profissional;
- oficinas de capacitação docente;
- cursos de extensão.

São oferecidos aos professores, dentre outros, incentivos como:

- afastamento para cursar pós-graduação;
- auxílio financeiro e operacional para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares científicos, educacionais e culturais;
- cursos de treinamento e atualização profissional;
- divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais de seu pessoal docente.

10.2.3 Política de acompanhamento do docente

O Núcleo Docente Estruturante - NDE acompanha os docentes na operacionalização do PPC do curso. Neste sentido, o Coordenador do curso (Presidente do NDE) articula-se com todos os professores, incentivando-os e

apoiando-os em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, promove a criação de um ambiente acadêmica favorável à consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e do PPC e incentivando a utilização de práticas pedagógicas inovadoras.

11 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

11.1 Coordenadoria de Curso

- Nome do Coordenador: Alvino Rodrigues de Carvalho
- Titulação: Mestre
- Tempo de experiência profissional no ensino superior: 11 anos
- Tempo de experiência profissional relevante na área profissional do curso: 11 anos

11.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso, órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação, é constituído pelos seguintes membros:

I – Coordenador de Curso;

II– Professores que ministram disciplinas no Curso, correspondente ao número de blocos do Curso;

III - Um (1) representante do corpo discente por bloco, escolhido pelos alunos do Curso, com mandato de um (1) ano, admitida uma recondução por igual período.

O Colegiado de Curso tem como dirigente o Coordenador, e reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por solicitação de um terço de seus membros.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I - Pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da UESPI e com as presentes normas regimentais;
- II - Pronunciar-se quanto à organização pedagógica-didática dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;

- III - Apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;
- IV - Analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;
- V - Inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (Provão) e Avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistas aos procedimentos acadêmicos;
- VI- Analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao Conselho de Centro.
- VII- decidir em primeira instância sobre atos de indisciplina e ausência de docente e conflitos acadêmicos entre docentes e discentes;
- VIII– aprovar os encargos docentes que serão submetidos à apreciação do Conselho de Centro.
- IX- Aprovar em primeira instância a promoção e a integração das atividades acadêmicas;
- X- Coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades do Curso.

11.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atenção à Resolução CONAES N.º 001/2010, é composto por:

Quadro 03: NDE do curso de Licenciatura em Ciências Sociais

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alvino Rodrigues de Carvalho	Mestre	DE
Ana Maria Bezerra do Nascimento	Doutora	DE
Bruno Mello Souza	Doutor	DE
José da Cruz Bispo de Miranda	Doutor	DE
Luciano de Melo Sousa	Doutor	DE
Roberto Alvares Rocha	Mestre	DE

12 ESTRUTURA DA UESPI PARA A OFERTA DO CURSO

12.1 Infraestrutura física e de recursos materiais

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais usufrui e integra no seu funcionamento a própria estrutura do Campus Poeta Torquato Neto, na cidade de Teresina-PI, tais como: sala de aula, salas de vídeo, auditório, biblioteca, laboratórios de informática, lanchonetes, reprografia, banheiros, estacionamentos, áreas comuns de convivência e administração do Campus.

O Curso está inserido no Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, que disponibiliza toda a sua infraestrutura para a promoção e realização das atividades acadêmicas e administrativas do Curso. Os espaços destinados exclusivamente para a sua realização consta de:

- Quatro salas de aulas climatizadas, equipadas com cadeiras e mesas para os alunos, cadeira e mesa para os professores e quadro de acrílico.
- Sala para Coordenação, com ar condicionado, equipada com computador, impressora, dois *datashow*, acesso à internet, telefone fixo, três mesas e quatro cadeiras, um armário e um arquivo de aço, uma longarina com três lugares, e um bebedouro geláguas.

Ressalte-se que a Coordenação do Curso funciona nas proximidades das salas de aula, no corredor paralelo, facilitando o acesso dos alunos e professores para o apoio logístico de suas atividades.

12.1.1 Secretaria Acadêmica

Funciona no mesmo espaço da Coordenação de Curso

12.1.2 Biblioteca

O acervo bibliográfico atual da UESPI atende às exigências definidas pelo MEC. O horário de funcionamento é das 07h às 22h de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 08h às 12h, sendo aberta a comunidade. Os alunos têm acesso ao acervo total da biblioteca por meio do sistema *online*, possibilitando a consulta local e remota do seu acervo. Ocupa uma área de 655,98 m². O ambiente é climatizado e possui acessibilidade para portadores de necessidades especiais e tem uma boa iluminação natural e artificial.

A biblioteca dispõe de 40.200 exemplares de livros, com 622 títulos das Ciências Sociais e 1449 exemplares. Além disto possui periódicos especializados na área de conhecimento e da educação. O acervo impresso de periódicos conta com 20 títulos e 54 exemplares com caráter multidisciplinar, 28 títulos e 79 exemplares das Ciências Humanas e 11 títulos e 28 exemplares das Ciências Sociais. Complementam o acervo de periódicos o acervo eletrônico disponível no portal de Periódicos da Capes. O acesso é via café que permite conexão remota do conteúdo assinado do portal para esta instituição. Acesso também ao SEER, a BDTD, ao OASIS, dentre outras plataformas.

Os principais serviços e recursos disponibilizados pela Biblioteca são o empréstimo, devoluções, renovações, consultas a catálogos, estatísticas, confecções de fichas catalográficas, ferramenta de apoio ao uso da ABNT, Controle de armários, acesso à Bibliotecas Digitais (Bases de acesso livre *online*), ao Sistema Eletrônico de Teses e Dissertações – TEDE e ao Portal de Periódicos da Capes.

O plano de expansão do acervo bibliográfico tem como meta a proposta estabelecida no PDI em anexo. Em 2020.1 as bibliotecas da UESPI devem receber 17.356 livros novos adquiridos via licitação. O processo já foi encerrado e foi assinado o contrato de aquisição dos exemplares com a empresa vencedora da licitação.

Os discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais contam ainda com o apoio do acervo dos núcleos de pesquisa vinculados ao curso. Esse acervo tem sido construído com a utilização de recursos excedentes nos eventos organizados pelo curso. Nesse momento, o acervo contém 10 exemplares conforme tabela em anexo.

O planejamento econômico-financeiro dos cursos da UESPI inclui a previsão das receitas e despesas dos diversos cursos credenciados na instituição, sendo realizado com base nas especificações indicadas nas planilhas de custos constantes do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que estabelece os objetivos e as metas da UESPI pelo período de cinco anos, considerando a Missão, a Visão e os Valores da instituição.

Os recursos financeiros são previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA do Governo do Estado do Piauí e, cabe a Pró-reitora de Planejamento e Finanças – PROPLAN trabalhar incessantemente no sentido de viabilizar a previsão e principalmente a execução orçamentária e financeira da UESPI. Para isso, é desenvolvida uma gestão junto ao Governo do Estado e demais órgãos administrativos e financeiros. Além disso, são realizadas captações de recursos junto aos órgãos do Governo Federal, especialmente no Ministério da Educação – MEC.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários de docentes e de técnico-administrativos da instituição. A remuneração dos professores é definida, conforme o Plano de Carreira Docente, com base na titulação e o regime de trabalho.

Os docentes também podem ser remunerados através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, implementado na UESPI a partir de 2010, fomentando a oferta de Cursos de Educação Superior para os professores em exercício na rede pública de Educação Básica no Estado do Piauí. Essa ação possibilita que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

A UESPI também oferta cursos na modalidade à distância, financiados com recursos do governo federal destinados a programas e projetos de ampliação e interiorização do ensino superior público no Brasil na modalidade à distância.

A Universidade Estadual do Piauí conta com convênios com o governo federal em alguns programas específicos como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST) com recursos destinados a promover apoios à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes de forma a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de evasão. Esse programa oferece assistência à alimentação e transporte.

A Universidade Estadual do Piauí oferta o PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, tem por objetivo estimular a carreira docente nos cursos de licenciatura, através da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX e parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A representação estudantil é valorizada na UESPI como forma de melhorar a dialogicidade entre a comunidade estudantil e a administração da IES. Só poderão exercer a representação estudantil alunos regularmente matriculados na UESPI. Esse exercício se materializa nos Centros Acadêmicos - CA que se constituem em espaços de discussão, análise e reivindicações. Esses espaços são incentivados e ofertados pela UESPI na forma de salas com a infraestrutura mínima necessária ao funcionamento do CA.

O exercício de qualquer função de representação estudantil ou dela decorrente não eximirá o aluno do cumprimento de seus deveres acadêmicos para integralização do curso.

O acompanhamento de egressos na UESPI é feito através da avaliação institucional, bem como por meio de questionários aplicados aos empregadores, quando estes opinam sobre o papel social dos Cursos, o perfil técnico-científico, político e ético do egresso.

A Instituição oferta cursos de pós-graduação e formação continuada e garante aos egressos situações diferenciadas de acesso e permanência, assim como garante o seu acesso à Biblioteca e à participação em palestras e eventos técnico-científicos.

Está sendo, ainda, articulado um Projeto de Extensão Permanente que cria o Fórum Anual de Egressos da UESPI denominado “Filhos da UESPI: onde estão? O que fazem?”.

16.1 Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem escolar está regulamentada pela resolução CEPEX N°. 012/2011 e pela Subseção VII do Regimento Geral da UESPI. É feita por disciplina e resguarda a autonomia docente.

A frequência às aulas e demais atividades escolares, é permitida apenas aos matriculados, naquele curso e disciplina, é obrigatória, sendo vedado, em qualquer circunstância, o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei.

Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência a, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades programadas para cada disciplina.

A verificação da presença com consequente registro da frequência é obrigatória, de responsabilidade do professor, e deve ser realizada no início de cada aula.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos no conjunto de avaliações de cada disciplina.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas escritas, testes e demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados. As provas escritas visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e, de acordo com o Art. 66 do Regimento da IES deverão:

- ser em número de duas para as disciplinas com carga horária inferior a 60H;
- ser, nas disciplinas com carga horária igual ou superior a 60H, em número de 3 avaliações.

O exame final realizado após o período letivo regular, isto é, após o cumprimento dos dias letivos semestrais estabelecidos pela legislação em vigor, visa à avaliação da capacidade do domínio do conjunto da disciplina e deverá abranger todo o assunto ministrado pelo professor da disciplina ao longo do período letivo.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez).

Ressalvado o disposto na lei, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela utilizar-se de meio fraudulento detectado, seja quando da realização da ação irregular, seja através da sua comprovação a posterior.

Ao aluno que deixar de comparecer à verificação regular na data fixada, pode ser concedida oportunidade de realizar uma Segunda Chamada da avaliação, através de solicitação do interessado, estritamente de acordo com normatização interna, e válida a partir do início das aulas imediatamente subsequente à sua edição.

É permitida a revisão de provas, desde que solicitada pelo interessado, de acordo com os prazos e a forma estabelecida em normatização específica, elaborada pelo CEPEX.

O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, seja a média final de curso mínima exigida, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento, estabelecidas neste Regimento.

É promovido ao período letivo seguinte o aluno que não for reprovado em menos de três disciplinas do período letivo cursado. O aluno promovido em regime de dependência, ou seja aquele que for reprovado em pelo menos uma e no máximo duas disciplinas de um período letivo, deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas em que foi reprovado, e também, obrigatoriamente, nas disciplinas do período para o qual foi promovido, condicionando-se à matrícula nas disciplinas do novo período à compatibilidade de horários, aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos nos artigos anteriores.

Para fins de aprovação na disciplina, observar-se-á o disposto nos Artigos 1º. e 2º. da Resolução CEPEX Nº. 012/2011 que definem o registro das avaliações em escala de 0 (zero) a 10 (dez), com os seguintes resultados:

- De 0 a 3,9 – aluno reprovado;
- De 4 a 6,9 – aluno de exame final;
- De a 7,0 a 10,0 - aluno aprovado por média.

A UESPI adotará formas alternativas de avaliação que favoreçam o desenvolvimento inter e multidisciplinar. A UESPI, ainda, verificará a cada semestre o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado não de forma isolada, mas conjunta, ou seja, as avaliações abrangem o conjunto de conhecimentos que está sendo e/ou foi ministrado.

16.2 Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade Estadual do Piauí-UESPI está instituída de acordo com o inciso I, parágrafo 2º do art. 7º da Portaria MEC nº 2.051/2004, validada institucionalmente pela Portaria UESPI Nº 0243/2020 sendo composta pelos seguintes membros:

1. **Representantes docentes:** Maria Rosário de Fátima Ferreira Batista – Presidente, Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar - Vice-presidente, Irene Bezerra Batista, Edileusa Maria Lucena Sampaio, Ana Cristina Meneses de Sousa e Maria de Fátima Veras Araújo.
2. **Representantes dos servidores Técnico – Administrativos:** Aline de Carvalho Amorim e Cassandra Maria Martins Veloso de Carvalho.
3. **Representantes dos discentes:** Daniela Ferreira Pereira e Aline de Lima Santos.
4. **Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Almerinda Alves da Silva (CUT) e Josivaldo de Sousa Martins (SINTE).

A UESPI optou pela avaliação institucional anual, processo que permite a tomada de decisão no ajuste de ações visando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Avaliação Institucional está incorporada ao cotidiano da Instituição, de maneira a criar uma cultura de avaliação. Todos os que fazem a UESPI colaboram ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da Instituição.

Dessa forma, todos participam do processo de Avaliação Institucional, dando sua opinião sobre aspectos positivos, negativos, problemas e apontando soluções, de modo a promover um crescente compromisso dos sujeitos envolvidos com o Projeto Institucional da UESPI.

Seus objetivos voltam-se basicamente para:

- promover a permanente melhoria das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão no âmbito da UESPI.
- aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da UESPI.

- propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas da pesquisa, ensino, extensão e da gestão.
- fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares, a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades do mercado de trabalho.
- propor mudanças do projeto pedagógico ouvindo os alunos, professores e funcionários técnico-administrativos e estimulando-os a participarem ativamente do processo.

16.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais é avaliado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI) nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, conforme instrumentos e indicadores do CEE. As avaliações implicam em ajustes do PPC com o intuito de melhorar sua aplicabilidade.

No âmbito da UESPI, o PPC é avaliado e atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), desde a sua elaboração até a execução do ciclo completo de formação do profissional, tanto com a análise dos indicadores - avaliação de disciplina, professores, recursos, metodologias, estrutura física, dentre outros – quanto ao produto – desempenho, alcance do perfil pretendido – incluindo também a participação nos processos de autoavaliação institucional, conforme diretrizes da IES.

16.4 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI se articula com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para promover as ações decorrentes da autoavaliação institucional, baseadas no relatório anual da CPA. Além disso, os relatórios gerados pelas Comissões de verificação *in loco* (avaliação externa) são contemplados com uma análise geral para a criação de ações de saneamento das deficiências apontadas. O desempenho dos alunos no ENADE é balizador de uma série de ações que envolvem:

- Oficinas com coordenadores e NDE dos cursos para atender solicitações de ajustes realizadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE (PI).
- Capacitação discente para a compreensão do ENADE realizada pela PREG junto aos cursos que farão ENADE;
- Oficina de capacitação docente para a elaboração de itens no padrão BNI/ENADE realizada pela PREG uma vez por ano.

Dessa forma as ações desenvolvidas como resultado dos processos de avaliação, estão incorporadas ao cotidiano do curso (CPC, ENADE, Avaliação externa e autoavaliação) de uma forma integrada e articulada com a Coordenação de curso, Diretoria e CPA.

16.5 Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESPI entende as TICs como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a UESPI disponibiliza a utilização de Projetores Multimídias para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, computadores com acesso à internet (laboratório de informática e biblioteca), dentre outros.

A UESPI possui, ainda, um Ambiente Virtual de Aprendizagem, baseado no MOODLE, formatado para o desenvolvimento de atividades didáticas dos seus cursos reconhecidos (Portaria 4.059/2004). Para os cursos que ainda não possui portaria de reconhecimento, as atividades de ensino-aprendizagem nesse ambiente, serão implementadas apenas após o reconhecimento do curso.

A operacionalização das TICs no âmbito dos cursos é feita pelo Núcleo de Educação a Distância – NEAD da UESPI a partir de demandas oriundas das coordenações de curso. O NEAD realiza oficinas periódicas de capacitação docente e discente para as TICs na forma de dois projetos permanentes de Extensão.

16.5.1 Adesão à oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância – EAD em cursos de graduação presenciais

Dado o contexto social, político e econômico atual e as possibilidades que a modalidade oferece para a democratização do acesso ao ensino superior e à formação continuada, a EAD passa a ser vista e especialmente valorizada como dinâmica pedagógica, trazendo mudanças, articuladas ao contexto social e tecnológico inovador, nos seus aspectos formativos e na relação professor-aluno, o que a caracteriza com especificidades, tornando-a uma modalidade educacional.

Considerando a EAD, antes de tudo, educação, admitimos que ela também se define como processo de formação humana cujas finalidades podem ser resumidas no preparo do aluno para o exercício da cidadania, com toda a complexidade que isso implica. Ela representa a possibilidade de propor estruturas e formas alternativas de aprendizagem, que poderão ter grande impacto na educação em geral, é inovadora e criativa, inter-relaciona a educação formal sequencial e a permanente, viabiliza o aprender como uma função central elementar da vida humana, contribui para igualar as chances educacionais e para superar privilégios educacionais.

O marco legal da EAD no Brasil remonta à Lei de Diretrizes e Bases das Educação – LDB (Lei 9.394/1996) que em seu art. 80 define que:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão

aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

A Portaria MEC Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino à Distância - EAD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES.

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EAD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

A UESPI, por meio da Resolução CEPEX Nº. 023/2022 estabeleceu que caberá a cada Núcleo Docente Estruturante – NDE e a cada Colegiado de curso, à partir do diálogo com os docentes do curso, propor a possibilidade de oferta de conteúdos à distância em seus cursos presenciais e ajustar o Projeto Pedagógico de Curso, conforme normativa vigente.

Assim, o PPC do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL passa a adotar o percentual de até 20% de sua carga horária total usando a metodologia de educação à distância. A adoção desta carga horária possui alguns condicionantes determinados pelo NDE e Colegiado do curso.

- 1- A utilização de EAD somente ocorrerá em disciplinas teóricas.
- 2- Será obrigatório a cada semestre a aprovação do Colegiado para que o professor possa fazer a utilização de qualquer percentual de sua disciplina com conteúdos via EAD;
- 3- O professor deverá apresentar no colegiado a proposta metodológica a ser utilizada em sua disciplina via EAD;
- 4- A cada semestre, os blocos poderão fazer o uso de até 20% da carga horária via EAD

ANEXOS

ANEXO 1

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TCC

Título da Monografia: “ _____ ”

Aluno: _____

Professor orientador: _____

Examinador: Prof. _____

Data da defesa: ___/___/____

ASPECTOS LÓGICOS E FORMAIS DO TEXTO	NOTA	VALOR ATRIBUÍDO
Apresentação gráfica	0,5	
Está de acordo com as NBRs de trabalhos acadêmicos	1,0	
Clareza de expressão, precisão de linguagem e conteúdo	2,0	
Organização estrutural e gramatical	0,5	
Análise dos dados ou da obra à luz do referencial teórico	2,0	
APRESENTAÇÃO ORAL		
Segurança e clareza na exposição das ideias	2,0	
Segurança lógica na apresentação e habilidade na utilização de técnicas e materiais	1,0	
Fluência na língua portuguesa na defesa da monografia	1,0	
TOTAL	10,0	

ANEXO 2

ESTRUTURA DO RELATÓRIO ESTÁGIO I

CAPA

SUMÁRIO

CONDIERAÇÕES INICIAIS

CAPITULO 1: DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO – DESCRIÇÃO DA ESCOLA

- 1.1. História da escola e sua relação com a comunidade (projetos e ou ações sociais que desenvolve junto à comunidade);
- 1.2. Dados socioeconômicos da região onde está localizada (população, renda per capita, IDH, etc);
- 1.3. Dados educacionais (índices de desenvolvimento educacional IDEB, Taxas de aprovação, reprovação e evasão - MEC/INEP/IBGE);
- 1.4. Infraestrutura (salas de aula, espaços de livre circulação, sala de professores, banheiros, sala de informática, equipamentos disponíveis para ensino – TV, vídeo, projetor e outros) e tamanho da escola (área que ocupa; área construída, etc.);
- 1.5. Quantidade de alunos e professores e suas formações acadêmicas, corpo administrativo, organização administrativa, etc.

CAPÍTULO 2: SABERES E ENSINO DOS PROFESSORES: SUA AÇÃO PEDAGÓGICA EM FOCO

- 2.1. O ambiente da sala de aula: a prática e a performance docente em observação
- 2.2. Material/recursos didáticos: inovação criativa na sala de aula?
- 2.3. Entre a autonomia e a reprodução: o professor e o livro didático
- 2.4. A prática sob a ótica institucional: o conhecimento e a adesão às orientações e às bases para o ensino de sociologia
- 2.5. O planejamento, os programas de aulas ministrados e a avaliação: da preparação à execução da prática docente

- 2.6. A realidade da escola e as condições de trabalho do professor: as condições fundamentais da ação docente
- 2.7. O professor na relação com a disciplina de sociologia e seu conteúdo

CAPÍTULO 3: OS ALUNOS EM CENA: ENCONTROS E DESENCONTROS NO APRENDER SOCIOLOGIA

- 3.1. O ambiente da sala de aula: a prática e a performance docente na visão dos alunos
- 3.2. Material/recursos didáticos sob a ótica dos educandos
- 3.3. O livro didático e o conteúdo da Sociologia: a percepção dos aprendizes
- 3.4. O alunado e a sociologia: comprometimento com os propósitos da disciplina

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

APÊNDICES

ANEXOS

Tabela de equivalência de disciplinas (os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais de Parnaíba e de Teresina seguem o mesmo fluxograma)							
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Iniciação à Antropologia (60h)	Sociologia da Educação (60h)	Antropologia I (60h)	Antropologia II (60h)	Antropologia III (90h) **	Prática de Pesquisa I (60h)	Prática de Pesquisa II (60h)*	Prática de Pesquisa III (60h)***
Iniciação à Sociologia (60h)	Fundamentos Antropológicos da Educação (60h)	Sociologia I (60h)	Sociologia II (60h)	Sociologia III (90h) **	Tópico Avançado II (60h)**	Pensamento Social Brasileiro (60h)	Ensino de Ciência Política (60h)**
Iniciação à Ciência Política (60h)	Educação e Movimentos Sociais (60h)	Ciência Política I (60h)	Ciência Política II (60h)	Ciência Política III (90h) **	Antropologia Brasileira (60h)	Política Brasileira (60h)	Sociologia Brasileira (60h)
Filosofia da Educação (60h)	Psicologia da Educação (60h)	Didática (60h)	Métodos e Técnicas de Pesquisa (90h)**	Metodologia do Ensino de Ciências Sociais (90h)	Ensino de sociologia (60h)**	Ensino de Antropologia (60h)**	Optativa II (60h)
Libras (60h)	Política Educacional e Organização da Educação Básica (60h)	Cultura e Processos Identitários (60h)	Optativa I (60h)	Tópico Avançado I (60h)**	Estágio I (200h)	Estágio II (200h)	AACC (50h)
ACE I (60h)	ACE II (60h)	ACE III (60h)	ACE IV (60h)	ACE V (60h))	Cultura Negra e Indígena (90h)**	Tópico Avançado III (60h)**	
			AACC (50h)		ACE VI (60h)		

Total: 360h	Total: 360h	Total: 360h	Total: 440h	Total: 480h	Total: 590h	Total: 500h	Total: 290h
Carga horária total: 3380h							



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150
Telefone: - <https://www.uespi.br>

RESOLUÇÃO CEPEX 009/2023
2023

TERESINA(PI), 09 DE FEVEREIRO DE

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.020078/2021-51;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 231ª Reunião Ordinária, em 09/02/2023,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**, do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL, *Campus "Poeta Torquato Neto"*, em Teresina-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6255874

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA

PRESIDENTE DO CEPEX



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4, Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 14/02/2023, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6596736** e o código CRC **409398C8**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00089.020078/2021-51

SEI nº 6596736

Considerando o processo nº 00089.001386/2020-04;

Considerando a Portaria CEPEX 012/2020 retificada pela Portaria CEPEX 031/2020;

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, na 231ª Reunião ordinária do dia 09 de fevereiro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º – Anular a Portaria CEPEX 012/2020, de 26 de outubro de 2020, que alterou o regime de trabalho de MARIA OZITA DE ARAÚJO ALBUQUERQUE, matrícula 227147-8, do quadro efetivo de docentes desta IES, lotada no Campus “Alexandre Alves de Oliveira”, em Parnaíba/PI, de ADJUNTO II – T.P. 20h para ADJUNTO II – D.E.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

RESOLUÇÃO CEPEX 008/2023 TERESINA(PI), 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.024383/2022-01;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 231ª Reunião Ordinária, em 09/02/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA, a ser ofertado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, *Campus* "Poeta Torquato Neto", em Teresina-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do anexo desta Resolução id.6103449.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX**

RESOLUÇÃO CEPEX 009/2023 TERESINA(PI), 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.020078/2021-51;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 231ª Reunião Ordinária, em 09/02/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL, *Campus* "Poeta Torquato Neto", em Teresina-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id. 6255874

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX****RESOLUÇÃO CEPEX 010/2023 TERESINA(PI), 09 DE FEVEREIRO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.020267/2022-12;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 231ª Reunião Ordinária, em 09/02/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, do *Campus* "Professor Alexandre de Oliveira", em Parnaíba-PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id.5931586

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX****RESOLUÇÃO CEPEX 011/2023 TERESINA(PI), 10 DE FEVEREIRO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.019387/2022-69;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 231ª Reunião Ordinária, em 09/02/2023,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA, do *Campus* "Prof. Antônio Geovane Alves de Sousa", em Piri-piri/PI, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, nos termos do Anexo desta Resolução id.6109415

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua emissão.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
PRESIDENTE DO CEPEX****RESOLUÇÃO CEPEX 012/2023 TERESINA(PI), 10 DE FEVEREIRO DE 2023**

O Magnífico Reitor e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o processo nº 00089.022797/2022-97;

Considerando o inciso XIV do artigo 66, do Estatuto da UESPI;

Considerando deliberação do CEPEX na 231ª Reunião Ordinária, em 09/02/2023,